



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
(PPGMDR)**

(Aprovado Resolução CONSU N. 22, de 16 de agosto de 2021)

**MACAPÁ-AP
2019**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 Dissertações concluídas (2008-2019)	19
Quadro 2 Disciplinas Obrigatórias	21
Quadro 3 Disciplinas Optativas	21
Quadro 4 Atividades Acadêmicas Complementares	22
Quadro 5 Docentes cadastrados ao programa com suas respectivas horas de dedicação ao programa	22
Quadro 6 Vinculação dos docentes com as linhas de pesquisa do programa	23
Quadro 7 Servidores da UNIFAP titulados no PPGMDR.....	31
Quadro 8 Continuidade na formação dos Servidores da UNIFAP	31
Quadro 9 Tipo de trabalho dos egressos	32
Quadro 10 Local de trabalho dos Egressos	33
Quadro 11 Continuidade na Formação Acadêmica	33
Quadro 12 Produção intelectual do PPGMDR da UNIFAP (2006-2018)	40
Mapa 1 Localização do estado do Amapá e as Áreas Protegidas	8

SUMARIO

1 IES.....	5
2 DIRIGENTES.....	5
2.1 REITOR.....	5
2.2 PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	5
2.3 COORDENADOR DO PROGRAMA	5
3 PROPOSTA/CURSO.....	5
3.1 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	5
3.2 LINHAS DE PESQUISAS.....	5
4 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO REGIONAL.....	6
4.1 CONTEXTO REGIONAL	6
4.2 ABORDAGEM DE PESQUISA DO MESTRADO	10
4.2.1 Desenvolvimento e planejamento socioeconômico	10
4.2.1.1 Eixos Temáticos.....	10
4.2.2 Meio Ambiente e Planejamento	11
4.2.2.1 Eixos Temáticos.....	11
4.3 A PARTICIPAÇÃO NO PROCAD UNIFAP/FURB/UFT.....	14
5 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA.....	15
5.1 PAPEL DA UNIFAP NO CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO	15
5.2 CRIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	17
5.3 O MDR NA ESCALA LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.....	17
5.4 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MDR.....	20
6 OBJETIVOS	20
6.1 GERAL.....	20
6.2 ESPECÍFICOS.....	20
7 DISCIPLINAS	21
7.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.....	21
7.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	21
7.3 ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	22
8 DOCENTES.....	22
8.1 VINCULAÇÃO DOS DOCENTES COM AS LINHAS DO PROGRAMA.....	23
9 INFRAESTRUTURA	23
9.1 LABORATÓRIOS.....	23
9.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	24
9.3 INFORMÁTICA.....	24

9.4 BIBLIOTECA.....	24
10 PERFIL DO EGRESSO	26
10.1 EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DE FORMAÇÃO	26
11 INTEGRAÇÃO COM A GRADUAÇÃO.....	27
11.1 INDICADORES DE INTEGRAÇÃO COM A GRADUAÇÃO	27
11.2 ESTÁGIO DE DOCÊNCIA.....	27
12 INTERCÂMBIOS	28
12.1 INTERCÂMBIOS NACIONAIS	28
12.2 INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS	29
13 SOLIDARIEDADE NUCLEAÇÃO E VISIBILIDADE	30
13.1 INDICADORES DE SOLIDARIEDADE E NUCLEAÇÃO	30
14 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	32
15 VISIBILIDADE.....	34
15.1 Cotas Sociais	34
15.2 Projetos de Extensão	34
15.3 Páginas Institucional na Internet.....	34
15.4 Uso de Blogs	34
16 INSERÇÃO SOCIAL.....	35
17 INTERFACES COM A EDUCAÇÃO BÁSICA	36
18 INTERNACIONALIZAÇÃO.....	36
19 AUTOAVALIAÇÃO	39
20 PLANEJAMENTO FUTURO.....	41
20.1 Favoráveis:.....	42
20.2 Adversas:	42
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	44
1. EMENTAS DAS DISCIPLINAS	44
2. PERFIL DO QUADRO DOCENTE.....	68

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1 IES

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

2 DIRIGENTES

2.1 REITOR

Júlio Cesar de Sá Miranda.

2.2 PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Amanda Alves Fecury.

2.3 COORDENADOR DO PROGRAMA

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.

3 PROPOSTA/CURSO

Mestrado Acadêmico – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

3.1 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Regional.

3.2 LINHAS DE PESQUISAS

- a) Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico;
- b) Meio Ambiente e Planejamento

4 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO REGIONAL

Em 1943 o Amapá foi desmembrado do estado do Pará e se tornou Território Federal. Após 45 anos foi elevado à condição de estado pela Constituição de 1988. Apesar da conquista de sua autonomia político-administrativa, o estado mantém fortes vínculos de dependência da União, a exemplo das transferências de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do controle fundiário e mineral, da gestão de áreas protegidas, entre outras.

Referida condição de dependência do Amapá se desdobra em políticas de desconcentração e de descentralização tardia por parte da União, com implicações que perpassam por sobreposição de ações e consequentes conflitos de competências para gerir políticas públicas. Este quadro é agravado pelo intenso fluxo migratório intrarregional desassistido, principalmente de moradores das ilhas do Pará que se deslocam para o Amapá em busca de serviços básicos e de melhores condições de vida.

De fato, o Amapá acumula várias carências sociais e estruturais, com implicações negativas diretas em qualquer projeção de cenários, a ponto de galgar as piores posições entre os rankings de indicadores de mensuração do desenvolvimento. Não obstante ao pessimismo dos indicadores, o estado é referência de uma problematização que o divide entre os adeptos do desenvolvimentismo pela apropriação privada dos recursos naturais (*commodities*) e os que defendem a preservação da biodiversidade em áreas protegidas. Como superar essa dicotomia? Ou de fato existe uma linha abissal intransponível? Quais aportes epistemológicos desafiam a pesquisa como retaguarda das políticas públicas de desenvolvimento?

4.1 CONTEXTO REGIONAL

O Amapá está localizado ao Norte da Amazônia brasileira. Limita-se com a Unidade Ultramarina Francesa (Guiana Francesa) e Suriname, o que lhe concede uma posição geopolítica particular, mais ainda negligenciada pelo Estado. Em seu aspecto natural é fortemente influenciado pelo sistema flúvio-marinho da Foz do Rio Amazonas e do Oceano Atlântico, condicionando a formação de ecossistemas costeiros altamente vulneráveis a intervenções antrópicas e fundamentais para

manutenção da biodiversidade, incluindo espécies que apresentam significativa fonte de alimentos para as populações humanas. A presença de ecossistemas florestais e costeiros ainda preservados e a existência de grupos sociais ancestrais e tradicionais (povos da floresta) elevou o Amapá a condição de destinar 72% do seu território para áreas legalmente protegidas (Terras Indígenas, Unidades de Conservação, entre outras). (Figura 1).

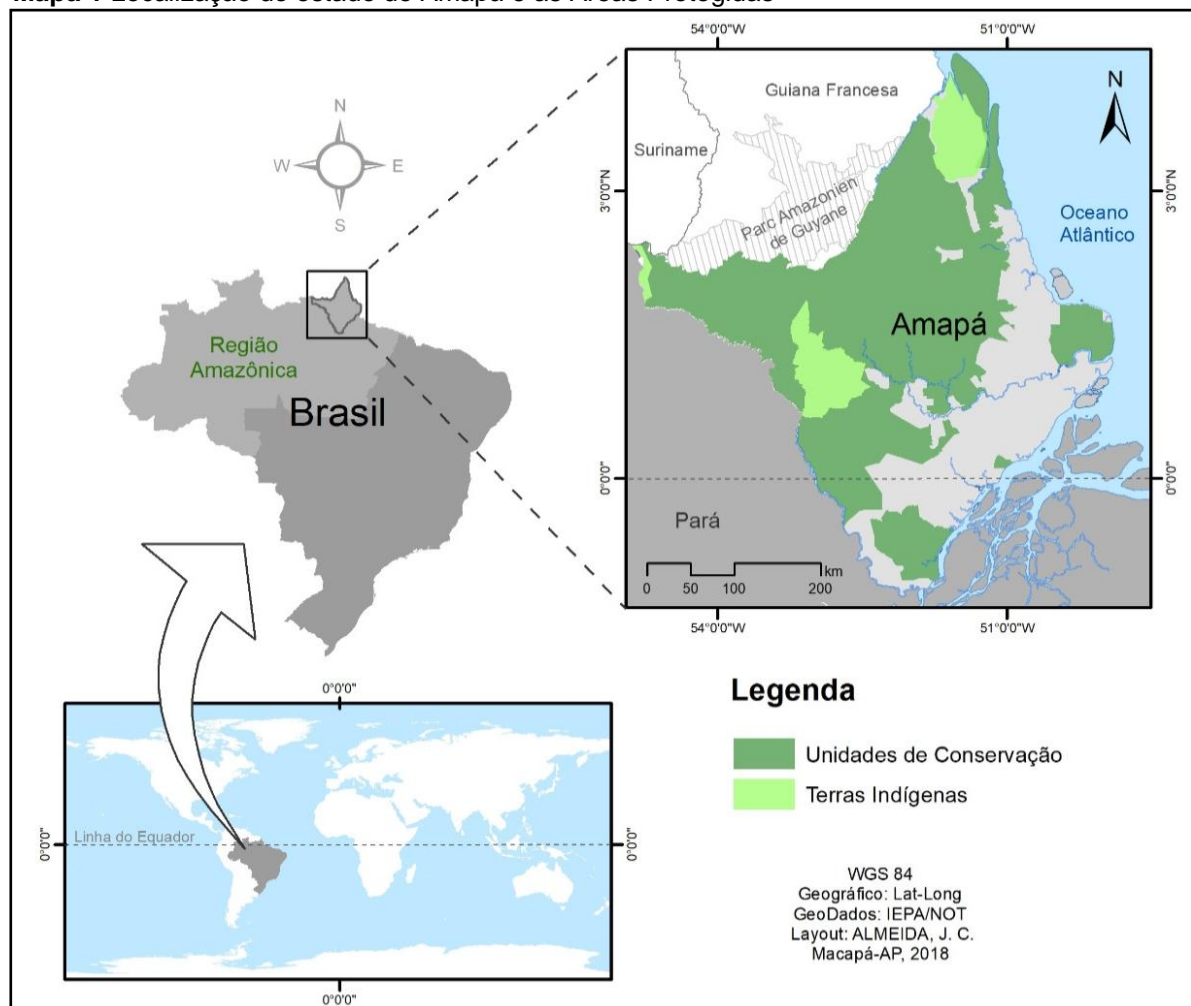
No campo da geopolítica regional existe um histórico de enfrentamento diplomático entre o Brasil e a França pela disputas das terras ao Norte do Amapá, com desfecho pelo Laudo Suíço em 1900 em favor do Brasil. As relações na fronteira sempre se demonstrado bastante conflituosa, com pouca ação diplomáticas dos Estados Nacionais em favor de um processo mais endógeno de desenvolvimento territorial na fronteira.

A partir de 1988, com a estadualização do Amapá, ocorreram expectativas de maior autonomia a partir de novas relações no contexto do federalismo brasileiro. Referidas expectativas se concentraram na busca de alternativas de sustentar a economia, preocupações com a cogestão do patrimônio natural (áreas protegidas) e a garantia de direitos das populações ancestrais e tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.)

Este ente federativo obteve maior dinamicidade após a década de 1940, ao ser transformado em Território Federal, apesar de ausências de processos mais autônomos de desenvolvimento para além da segurança nacional e das possíveis exploração de potencialidades minerais. Na década de 1950 o Amapá passou a abrigar o primeiro projeto de mineração em grande escala na Amazônia, na região de Serra do Navio, sendo viabilizado por um arranjo político de cunho nacionalista implícito, mas contanto explicitamente com o capital e modernidade dos Estados Unidos da América. O ciclo da exploração mineral em Serra do Navio se encerrou em 1998, com várias frentes abertas para investigação acadêmicas.

Em 1988, os territórios federais foram transformados em estados. Uma nova relação administrativa passou a ocorrer dessa unidade, teoricamente “não mais subordinada às decisões do Governo Central”. De fato, após a estadualização foram criadas expectativas por relações menos hierárquicas novo estado com o federalismo brasileiro estimuladas por reflexões em busca de alternativas econômicas para a sustentabilidade, incluindo a proteção do patrimônio natural e dos povos da floresta.

Mapa 1 Localização do estado do Amapá e as Áreas Protegidas



Fonte: Elaborado pelo geógrafo Jodson Almeida (2018).

Em 1988, os territórios federais foram transformados em estados. Uma nova relação administrativa passou a ocorrer dessa unidade, teoricamente “não mais subordinada às decisões do Governo Central”. De fato, após a estadualização foram criadas expectativas por relações menos hierárquicas novo estado com o federalismo brasileiro estimuladas por reflexões em busca de alternativas econômicas para a sustentabilidade, incluindo a proteção do patrimônio natural e dos povos da floresta.

As principais iniciativas no campo polissêmico do desenvolvimento regional que instruem o pensamento crítico desse interregno são:

a) Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA): primeira iniciativa de planejamento do Estado com foco na sustentabilidade e suas dimensões (ambiental, econômica, sociocultural e institucional). A experiência do PDSA tem motivado pesquisas e continua aberto a diferentes possibilidades de análises e

estudos críticos no campo das políticas públicas, do desenvolvimento e da sustentabilidade.

b) Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS): possibilitou benefícios ao comércio de bens importados, mas também responde por intenso fluxo migratório no período de sua implantação e pelo desordenamento urbano. Apresenta um vasto campo de investigação nas áreas: economia, planejamento urbano, demografia, impactos do desenvolvimento e outras que contribuam para avaliação e aperfeiçoamento de políticas públicas regionais e urbanas.

c) Zona Franca Verde (ZFV): iniciativa recente que visa estimular o desenvolvimento de cadeias produtivas da biodiversidade regional, com benefícios tributários e outros incentivos econômicos e ambientais. Por se tratar de um campo de pesquisa interdisciplinar e com diversas possibilidades de integração com outros programas de pós-graduação, notadamente na área do usos sustentável da biodiversidade, a ZFV deve proporcionar frentes de diálogos interinstitucionais, incluindo nacionais e do exterior (internacionalização).

d) Áreas Protegidas: constituem um conjunto representativo de territórios delimitados para a proteção de populações indígenas, quilombolas e outras que interagem e usam a florestas como meio de sustento e de aproximação com os princípios da ecologia profunda, mas também aberto a outras abordagens que desestabilize o *status quo* do conhecimento canônico e das normas vinculadas a proteção da natureza para acolher estudos voltados para a ecologia de saberes e novos conhecimento ou conhecimento cognitivos de vanguarda.

e) Capitalismo de *commodities*: está relacionado a todas iniciativas que estão a ocorrer no Amapá, em diferentes tempos, pela apropriação de recursos naturais, com ênfase na mineração, agronegócio, usos da terra e conflitos. Apresenta-se como tema transversal, com aportes epistemológicos críticos ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado, com incentivos para estudos que dialoguem com as epistemologias do Sul.

f) Outras dinâmicas alternativas e interdisciplinares: são iniciativas ou cenários que circundam o debate epistemológico sobre desenvolvimento, planejamento urbano e regional, demografia, em diferentes escalas territoriais e temáticas, com análises não convencionais e conectadas aos problemas que estão a motivar a academia a novos desafios, mais próximos das comunidades e de saberes que permitam aprender, desaprender e reaprender.

A exemplificação acima não limita o campo de possibilidades de diálogos sobre o desenvolvimento regional que se faz assumir como uma breve caracterização de temas motivadores para pensar o Amapá, com incentivo para a superação das abordagens epistemológicas convencionais que possam desafiar a comunidade acadêmica e permitir que o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIFAP dê sua contribuição para o avanço do conhecimento científico e de outros saberes colhidos e acolhidos junto aos movimentos sociais que estão na luta por uma nova cartografia global do desenvolvimento.

4.2 ABORDAGEM DE PESQUISA DO MESTRADO

O PPGMDR oferta duas linhas de pesquisas que se desdobram em eixos temáticos idealizados com base no desenho do contexto regional e em escutas e diálogos que se mantêm com a sociedade amapaense em processos abertos e permanentes.

4.2.1 Desenvolvimento e planejamento socioeconômico

Nesta linha de pesquisa o PPGMDR busca a compreensão dos processos de planejamento e de ocupação socioeconômica da região amazônica, em suas diferentes dimensões (políticas, institucionais, sócio espaciais e territoriais, histórico-cultural), associada transversalmente ao debate epistemológico sobre desenvolvimento.

4.2.1.1 Eixos Temáticos

- Formação socioeconômica da Amazônia e do Amapá;
- Migrações e demografia regional;
- Estratégias de planejamento urbano;
- Urbanização e planejamento socioeconômico;
- Dinâmicas urbanas e metropolização;
- Área de Livre Comércio e Zona Franca Verde;
- Ruralidades e conflitos agrários;
- Planejamento institucional e desenvolvimento.

4.2.2 Meio Ambiente e Planejamento

Nesta linha de pesquisa o PPGMDR se propõe a estimular a produção de conhecimentos sobre as dinâmicas e interesses que circundam o debate em relação a apropriação da natureza, considerando diferentes estratégias de planejamento de políticas públicas e de regulação social, com ênfase no estímulo a propostas inovadoras voltadas ao protagonismo da sociedade civil.

4.2.2.1 Eixos Temáticos

- Diferentes visões de natureza, usos e valores;
- Impactos do desenvolvimento e conflitos;
- Áreas protegidas, populações tradicionais e sociobiodiversidade;
- Mudanças climáticas e impactos urbanos;
- Condições socioambientais das cidades e da urbe amapaense;
- Sociedade e políticas ambientais;
- Economia solidária, agroecologia e sustentabilidade;
- Gestão de ecossistemas e riscos associados.

O Mestrado em Desenvolvimento Regional pretende garantir: reflexões com base nos eixos temáticos descritos e críticas a respeito do desenvolvimento socioeconômico da Amazônia e do Amapá; da inserção e participação das comunidades tradicionais nas formulações de políticas públicas, bem como trilhar sobre os níveis de planejamento urbano e regional com foco na urbanização das cidades e relações sinérgicas com a preservação das florestas.

Além dos aspectos abordados que auxiliam no entendimento sobre a realidade do estado do Amapá, destacam-se alguns períodos históricos: o Amapá vinculado ao estado do Pará, até 1943; o Amapá como Território Federal de 1943 a 1988 e o Amapá como estado federado a partir de 1988. Nesses períodos destacam-se dinâmicas socioeconômicas e ambientais específicas.

O período anterior a 1943, quando o Amapá é parte do estado do Pará, foi marcado pelas fases colonial, imperial e primeira república, caracterizado pela forte

presença indígena, por disputas territoriais entre colonizadores europeus e pela exploração dos recursos naturais existentes em uma economia extrativista. A criação do Território Federal do Amapá seguiu a estratégia do desenvolvimento regional adotada pelo governo Vargas para acelerar a ocupação da região para controle dos recursos disponíveis e com preocupações com a segurança nacional nas faixas de fronteira. Com a constituição de 1988 o Amapá é transformado em um novo estado da Federação, conquistando autonomia política, com governos eleitos incentivando a criação de atividades produtivas capazes de gerar renda, empregos e ocupações como forma de reduzir a forte dependência de recursos financeiros da União.

Os períodos que marcam a história amapaense foram influenciados pelo processo de desenvolvimento amazônico que se deu, imperativamente, pelo viés do planejamento governamental com visão hegemônica da economia extrativa e da consequente premissa ilusória de redução das desigualdades regionais. Após mais de 150 anos do colapso do extrativismo da borracha, a Amazônia continua a depender de ciclos extrativistas de recursos naturais (minério, castanha, madeira, etc.), com insurgências de novas economias voltadas, sobretudo, para o desenvolvimento do agronegócio e a produção energética. Ratifica-se, dessa forma, o padrão clássico de economias cíclicas baseadas na exploração de *commodities* e fortemente dependentes da demanda do mercado externo, que entra em decadência quando da sua escassez ou diante de um novo produto em melhores condições de suprir o mercado (FURTADO, 1967; CARDOSO; FALETTO 1969).

Em 2018, os ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima completaram 75 anos e o Acre, 114. Neste período, a intenção exposta pelo Pres. Getúlio Vargas foi alcançada, não na totalidade, pois não bastava povoar, era preciso ter condições para que esse povoamento se mantivesse com ganhos crescentes na qualidade de vida.

Com isso, o desenvolvimento econômico amapaense pode ser inferido pela forte dependência financeira de repasses da União e por estratégias diferenciadas de uso de recursos e ocupação territorial. O Amapá, na sua trajetória passou por um ciclo completo de exploração mineral de 1957 a 1998, quando se inferiram expectativas desenvolvimentistas que não se concretizaram pelo não aproveitamento das oportunidades oferecidas (DRUMMOND; PEREIRA 2007). Atualmente, o cultivo de soja se apresenta, nos discursos dominantes, como a nova pauta para o fortalecimento da economia local, considerando-se, principalmente, as vantagens

comparativas da localização geográfica em relação aos mercados internacionais.

Pela sua localização no bioma amazônico, o Amapá está entre os estados considerados de alta prioridade para a conservação da biodiversidade, com desdobramentos que se configuram pela expansão do modelo conservacionista de criação de áreas protegidas em consonância com as metas estabelecidas na Convenção da Diversidade Biológica. No Amapá, ecossistemas costeiros e florestais, como manguezais, campos inundáveis e floresta de terra-firme foram transformados em unidades de conservação de proteção integral, que correspondem a 70% da área total do estado, algo em torno de 10 milhões de hectares. Em termos regionais, registra-se ainda a existência de um mosaico de áreas protegidas de 20 milhões de hectares contemplando áreas dos estados do Pará, Amapá e Guiana Francesa.

O estado do Amapá tem avançado no contexto da instrumentalização relativo às legislações ambientais, no entanto, no que tange a regulamentação está a passos lentos, em parte pela falta de conhecimento das diferenças entre os aspectos territoriais e a questão ambiental (CHAGAS, 2008; 2013; SIMONIAN, 2010). A busca do processo de desenvolvimento do estado segue os rumos das políticas de desenvolvimento nacional e mundial no tocante a dimensão ambiental. Assim, cresce as ameaças de exaustão e falta de sustentabilidade no uso dos recursos naturais, apesar de se apresentar como um dos estados com maior número de unidades de conservação, apresenta problemas ambientais. Ao dialogar com essa dimensão com o desenvolvimento regional é necessário prover a melhoria da gestão dos recursos naturais, o que só é possível mediante a construção e da avaliação de indicadores ambientais que permitam ilustrar o status quo de uso dos recursos naturais e de sua sustentabilidade.

Os cenários desenvolvimentistas e conservacionistas se desdobram em dinâmicas populacionais que moldam fenômenos migratórios cíclicos, intra e inter-regionais, a exemplo da criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) em 1992, que provocou uma explosão demográfica no Amapá, com aumento de concentrações em núcleos urbanos periféricos e consequentes impactos sobre a estrutura pública de serviços básicos e da precarização das condições urbanas. O Amapá é o estado de maior concentração urbana da Amazônia e com os piores indicadores de saneamento básico, seguindo a tendência regional.

À análise das estratégias de desenvolvimento amapaense após a estadualização em (1988), remete ao reconhecimento de crescentes conflitos

socioambientais inerentes a apropriação da terra, dos recursos naturais e dos riscos do uso da biodiversidade pelo sistema capitalista e as manifestações de resistências ao modelo de desenvolvimento econômico hegemônico (CPT, 2017; COICA, 2018). Como alternativas, reivindica-se a reforma agrária, a organização comunitária das populações tradicionais, o apoio à agricultura familiar, agregação de valor aos produtos extraídos da floresta e dos ecossistemas aquáticos, como castanha, açaí, fitoterápicos, peixes, entre outros.

4.3 A PARTICIPAÇÃO NO PROCAD UNIFAP/FURB/UFT

O PPGMDR, até 2021, também, vivenciará um projeto de Cooperação Acadêmica (PROCAD) com os programas de pós-graduação em desenvolvimento regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade Regional de Blumenau (FURB), que se filiam neste projeto, mesmo diante da diversidade das realidades vivenciadas, aproximam-se enquanto entendimento de que desenvolvimento é um conceito polissêmico e com isso abre espaço para pluralidades de conhecimento e saberes, incluindo questões que norteiam possíveis avanços cooperativos entre universidades, como a identificação e formação de redes de pesquisas em áreas afins, a troca de experiências de projetos de ensino, pesquisa e extensão na maior inserção social como forma de aproximação teoria e prática.

Assente nos elos de solidariedade já existentes entre as instituições parceiras e os respectivos aceites da cooperação, que cada parte envolvida se comprometa em contribuir para o alcance dos objetivos traçados no projeto, com a busca de novas epistemologias de desenvolvimento que complemente as análises tradicionalmente moldadas no paradigma econômico para fazer frente à complexidade imposto às análises dos 30 anos de autonomia política dos estados do Amapá e Tocantins, incluindo o acervo acadêmico crítico da associada FURB.

Na região da Amazônia Legal há um déficit histórico de programas de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente no estado do Amapá. Quando se observa os dados do estado, referentes à pesquisa e pós-graduação ficam evidentes a imensa lacuna existente dos índices do Amapá no contexto regional. Ao se observar os dados do Comitê de Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia (PUR ou PLURD) da Capes, verifica-se que em quatro décadas de atuação apresenta a seguinte situação:

- O Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é o primeiro programa *stricto sensu* do Comitê PUR na Amazônia, criado em 2006, e foi em 36 anos após a criação do primeiro mestrado do Brasil neste Comitê;

- Em 13 anos de contribuição para os estudos sobre o estado do Amapá, foram defendidas 166 dissertações no PPGMDR até setembro de 2019, discutindo uma variedade de reflexões que impactam ou refletem sobre as construções das estratégias adotadas para o desenvolvimento social e econômico, bem como se buscou refletir sobre a inserção nas/das questões ambientais nessas estratégias.

5 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA

5.1 PAPEL DA UNIFAP NO CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO

A formação em nível superior no Amapá iniciou em 1970 com a instalação de um Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará (NEM-UFPA). Este Núcleo funcionou até 1992, atuando na formação de professores nas áreas de licenciatura em matemática, artes visuais, geografia, história, letras e pedagogia.

Em 1990 é criada a UNIFAP e instalada precariamente na estrutura montada para o NEM-UFPA. A UNIFAP deu sequência ao trabalho de formação de professores nas áreas de licenciaturas em geografia, história, letras, educação artística, matemática, além de bacharelados em direito, enfermagem e secretariado executivo.

Em 2020 a UNIFAP completará 30 anos. Em 2018, segundo o seu Relatório de Gestão, a UNIFAP ofertou 94(noventa e quatro) cursos superiores assim distribuídos: 72(setenta e dois) cursos de graduação: 59(cinquenta e nove) presencial e 13(treze) em EAD; 22(vinte e dois) curso de pós-graduação assim distribuídos: 11(onze) especializações *lato-sensu*, 8(oito) mestrados e 3(três) doutorados, atendendo 7.951(sete mil novecentos e cinquenta e um) alunos. Contando com um quadro docente de 664 professores, destes 39% com títulos de doutor e 41% de mestre e um quantitativo de 498 técnicos administrativos. Entre os professores com titulação de mestres e doutores, 79% do quadro docente, representa uma evolução significativa se comparado aos anos iniciais do funcionamento da UNIFAP, onde se

concentrava a maioria dos professores titulados no Amapá. Em 2000, o quadro era de 130 professores efetivos, com apenas 1 doutor e 3 mestres. Os cursos de pós-graduação deram uma grande contribuição para este avanço.

A pós-graduação no Amapá sempre enfrentou muitas dificuldades para se firmar na UNIFAP. A principal reporta-se aos escassos incentivos para atração e fixação de doutores, mesmo os recém-formados, que de alguma forma diminui as possibilidades de atender aos requisitos mínimos CAPES para aprovação de cursos em nível de pós-graduação *stricto sensu* ou mesmo competir por recursos disponibilizados pelas agências de fomento do Governo Federal e as instituições de ciência e tecnologia.

Somente a partir do ano de 2006 foram criados na UNIFAP três programas de pós-graduação: 1) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR), com o curso de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional; 2) Programa de Pós-graduação em Biodiversidade (PPGBIO), com os cursos de Mestrado e Doutorado em Biodiversidade Tropical e; 3) Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas (PPGDAPP) com o curso de Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas (fechado em 2013 pela CAPES).

O Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) iniciou com somente 7 professores doutores e trouxe substancial contribuição para o aumento quantitativo de profissionais, pesquisadores e professores com título de mestrado no Amapá. Logo, a criação do PPGMDR possibilitou um avanço neste quesito, servindo como fator impulsionador para o posterior desenvolvimento de estratégias referentes ao fortalecimento da Pós-Graduação "*stricto sensu*" e, conseqüentemente, da pesquisa científica no âmbito da UNIFAP.

Em 2018, a UNIFAP, do atual quadro de 600 professores, passou a apresentar um quantitativo de 250 com doutorado, o que traduz todo um esforço da instituição, com resultados positivos na consolidação da pós-graduação no Amapá. No início de 2006 havia somente 7 doutores disponíveis na UNIFAP para implantar o PPGMDR. Atualmente esse quadro dobrou, elevando o programa para outros patamares de ensino, pesquisa e produção científica.

5.2 CRIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Em 2006, quando o PPGMDR foi criado, havia escassez de doutores na UNIFAP que pudessem compor o seu quadro docente. Para minimizar o problema, as parcerias realizadas com a UFPA, EMBRAPA e IEPA possibilitou a superação dessa barreira. Na primeira proposta, a área de concentração do programa era Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Regional, com duas linhas de pesquisa: 1) Organização do Território e; 2) Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A parceria com a UFPA, EMBRAPA e IEPA resultou em uma Rede de Ciência e Tecnologia que deu origem ao envolvimento de pesquisadores em outros dois programas de pós-graduação também criados pela UNIFAP: 1) O Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical (PPGBIO) e; 2) A Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (BIONORTE).

Em decorrência do crescimento quantitativo de docentes pertencentes ao mestrado, ocorreu uma alteração importante no programa relacionada a modificação da estrutura de disciplinas. Na primeira proposta, o mestrado apresentava número reduzido de disciplinas que totalizavam em média 60 horas ou 4 créditos. Na nova proposta, que ainda se encontra em execução, a maioria das disciplinas totalizam 30 horas ou 2 créditos, com mais opções de oferta e flexibilidade de temas de interesses.

5.3 O MDR NA ESCALA LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

No âmbito local, o PPGMDR tem afinidades com alguns fatores que o desafiam e também o impulsionam:

- A falta de atrativos para manutenção de pesquisadores titulados no Amapá;
- Os indicadores do Amapá referentes à pesquisa e pós-graduação, que demonstram a existência de imenso déficit para atender a demanda local;
- A movimentação de docentes recém-doutores que retornaram de suas qualificações em instituições nacionais e internacionais, que ampliam o campo de pesquisas epistemológicas em desenvolvimento;

- As condições ambientais e dinâmicas socioeconômicas do espaço amapaense, que motivam pesquisas para aporte a formulação de políticas públicas.

Na escala regional, ressaltam-se:

- A Amazônia, suas ausências e emergências em torno do debate sobre desenvolvimento endógeno;
- A necessidade de impulsionar a pesquisa relativa a crítica às estratégias de desenvolvimento da região amazônica;
- A formação acadêmica regional, suas diferenças e desigualdades.

Na escala Nacional, têm-se:

- A obrigatoriedade de oferta de três programas de Pós-Graduação stricto sensu, sob pena de a UNIFAP deixar de ser universidade e se tornar centro universitário;
- A movimentação na CAPES no estímulo à desconcentração de programas stricto sensu e redução das desigualdades regionais;
- As ações concatenadas entre a CAPES e o CNPq de apoio à ciência, tecnologia e inovação para a região amazônica (Edital Casadinho, PROCAD-Amazônia, Novas Fronteiras);
- A maior autonomia do Amapá como estado federado.

Na Escala internacional, destacam-se:

- A aproximação com as instituições de pesquisa da Guiana Francesa, de modo a consolidar um programa de pesquisa de interesse recíproco entre o Brasil e a França, que ainda rescinde de suporte político e diplomático.
- A qualificação docente de quadros no exterior abre oportunidades para novas inserções e intercâmbios.

Quanto às novas dinâmicas (territoriais, socioeconômicas e políticas) que se consolidam no estado do Amapá, principalmente nos dois primeiros decênios do século XXI, destacam-se:

- A natureza e sua condição de proteção a partir de políticas ambientais, onde 70% do espaço amapaense é área protegida (Terras Indígenas e Unidades de Conservação);

- O consenso das *commodities*, seus conflitos e lições aprendidas;
- A condição de urbe-estado, com intensa concentração populacional na capital e áreas próximas;
- As políticas de incentivos econômicos para o desenvolvimento sustentável;
- A ampliação da universidade para a pluridiversidade, com acolhimento das diversas formas de conhecimento e saberes.

Em 2020 o PPGMDR completará 14 anos de existência, com um quantitativo de 167 dissertações concluídas até setembro de 2019 (Quadro 1). O programa, até meados de 2018, contribuiu para a qualificação de 58 servidores da UNIFAP, sendo 51 professores entre permanente e substitutos e 7 servidores técnicos administrativos, além de diversos outros profissionais que atuam no setor público, privado e organizações da sociedade civil.

Os resultados alcançados motivam a trabalhar para galgar outros patamares na pós-graduação, como a possível aprovação de um doutorado vinculado ao PPGMDR que possa acolher ex-alunos e outros interessados, completando o ciclo de formação acadêmica especializada em Desenvolvimento Regional, em um dos estados mais novo da região amazônica.

Quadro 1 Dissertações concluídas (2008-2019)

ANO	DEFESAS
2008	14
2009	13
2010	15
2011	12
2012	3
2013	22
2014	13
2015	10
2016	14
2017	14
2018	22
2019	15
TOTAL	167

Fonte: Plataforma Sucupira, 2019.

5.4 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MDR

Desde 2018 o PPGMDR mantém um Comitê de Planejamento e Gestão Estratégica (CPGE) que trabalha pela atualização do projeto político, pela abertura de novas frentes integradas de pesquisa (redes) e pelo atendimento as recomendações de avaliação da CAPES.

No período de 2018 a 2020 foram realizadas três oficinas de planejamento estratégico e uma reunião de colegiado para validar os resultados das oficinas que definiu as linhas de ações prioritárias a serem implementadas pelo PPGMD:

- Atualização do Projeto Político Pedagógico;
- Atualização do Regimento Interno;
- Dedicção exclusiva dos professores vinculados;
- Criação de um programa de pesquisa integrador do Programa;
- Articulação de maior inserção social e internacionalização;
- Elaboração do projeto de doutorado.

O trabalho do CPGE tem como principal diretriz manter em aberto diálogos com a sociedade acadêmica e a população do Amapá, no sentido de captar ausências que possam ser traduzidas em emergências a serem acolhidas pelo PPGMDR no contexto de retaguarda de um estado que transita entre a descolonização tardia e a complexidade dos problemas acumulados diante de uma natureza e de conceitos que estão ainda por se decifrar.

6 OBJETIVOS

6.1 GERAL

O PPGMDR é um programa de pós-graduação dedicado à pesquisa e à formação avançada nas ciências sociais e nas demais humanidades, com objetivo de promover e democratizar conhecimentos e novos saberes na área do Desenvolvimento Regional.

6.2 ESPECÍFICOS

- Possibilitar a formação de recursos humanos em Desenvolvimento

Regional, com incentivo a pesquisa, o ensino e a extensão;

- Estruturar e integrar grupos de pesquisa com capacidade para o desenvolvimento de ações que repercute as necessidades da sociedade;

- Valorizar a diversidade sociocultural, conhecimentos e saberes tradicionais;

- Estimular pesquisas inovadoras e integradas ao entendimento polissêmico do desenvolvimento.

7 DISCIPLINAS

7.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Quadro 2 Disciplinas Obrigatórias

NOME	LINHA DE PESQUISA	CRÉD.	OBRIG.
<i>Teorias do Desenvolvimento e Meio Ambiente</i>	Todas	4	Sim
<i>Metodologia da Pesquisa e Estudos Epistemológicos</i>	Todas	4	Sim
<i>Planejamento Regional e Urbano</i>	Todas	4	Sim

Fonte: MDR, 2019.

7.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

Quadro 3 Disciplinas Optativas

NOME	LINHA DE PESQUISA*	CRÉD.	OBRIG.
<i>Tópicos Especiais</i>	Todas	2	Não
<i>Formação Socioeconômica do Brasil</i>	Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico	2	Não
<i>Formação Socioeconômica do Espaço Amazônico</i>	Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico	2	Não
<i>Inovação tecnológica para o desenvolvimento</i>	Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico	2	Não
<i>Políticas Territoriais e Desenvolvimento</i>	Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico	2	Não
<i>Formação socioeconômica do Amapá I</i>	Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico	2	Não
<i>Formação socioeconômica do Amapá II</i>	Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico	2	Não
<i>Desenvolvimento urbano</i>	Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico	2	Não
<i>Desenvolvimento rural</i>	Meio Ambiente e Planejamento	2	Não
<i>Indicadores de Desenvolvimento</i>	Meio Ambiente e Planejamento	2	Não
<i>Ecologia Política e Desenvolvimento</i>	Meio Ambiente e Planejamento	2	Não
<i>Geotecnologias aplicadas ao Planejamento e Desenvolvimento do Território Amazônico</i>	Meio Ambiente e Planejamento	2	Não

<i>Planejamento ambiental</i>	Meio Ambiente e Planejamento	2	Não
<i>Conservação e Desenvolvimento</i>	Meio Ambiente e Planejamento	2	Não

Fonte: MDR, 2019.

* As disciplinas serão ofertadas pelas Linhas de Pesquisas Explicitadas, com acesso aberto as duas linhas de pesquisa.

7.3 ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Quadro 4 Atividades Acadêmicas Complementares

NOME	LINHA DE PESQUISA	CRÉD.	OBRIG.
<i>Estágio de Docência</i>	Todas	2	*Não
<i>Organização de Eventos Científicos</i>	Todas	2	Não
<i>Publicação de Artigo em Extratos Superior - Capes</i>	Todas	2	Não
<i>Apresentação de Trabalho Completo em Eventos Científicos</i>	Todas	1	Não

*Obrigatório a todos os bolsistas Capes.

8 DOCENTES

Quadro 5 Docentes cadastrados ao programa com suas respectivas horas de dedicação ao programa

CPF	NOME	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	DOCENTE PERMANENTE NO PROGRAMA	HORAS DE DEDICAÇÃO IES	DEDICAÇÃO PROGRAMA
066.740.462-72	Antônio Sérgio Monteiro Filocreão	UNIFAP	SIM	DE	20 horas
247.324.782-04	Jadson Luís Rebelo Porto	UNIFAP	SIM	DE	20 horas
207.499.532-68	José Alberto Tostes	UNIFAP	SIM	DE	20 horas
209.286.372-04	Ricardo Ângelo Pereira de Lima	UNIFAP	SIM	DE	20 horas
945.392.351-68	Roni Mayer Lomba	UNIFAP	SIM	DE	20 horas
081.039.172-49	Valdenira Ferreira dos Santos	IEPA	SIM	20 horas	20 horas
903.078011-87	Alexandro Cezar Florentino	UNIFAP	SIM	DE	20 horas
163.897.002-53	Raullyan Borja Lima e Silva	IEPA	SIM	40 horas	20 horas
049.065.596-38	Wardsson Lustrino Borges	EMBRAPA	SIM	40 horas	20 horas
266.253.422-20	Marco Antônio Chagas	UNIFAP	SIM	DE	20 horas
632.191.072-49	Gutemberg de Vilhena Silva	UNIFAP	SIM	DE	20 horas
632.605.302-15	Jodival Maurício da Costa	UNIFAP	SIM	DE	20 horas
748.743.491-53	José Francisco Ferreira de Carvalho	UNIFAP	SIM	DE	20 horas

102.185.657-63	Daniel Santiago Chaves Ribeiro	UNIFAP	SIM	DE	20 horas
----------------	--------------------------------	--------	-----	----	----------

Fonte: MDR, 2019.

8.1 VINCULAÇÃO DOS DOCENTES COM AS LINHAS DO PROGRAMA

Quadro 6 Vinculação dos docentes com as linhas de pesquisa do programa

LINHA DE PESQUISA	PROFESSORES PERMANENTES	COLABORADOR
Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico	Roni Mayer Lomba Jadson Luís Rebelo Porto José Alberto Tostes Ricardo Ângelo Pereira de Lima Antônio Sérgio Monteiro Filocreão Daniel Chaves Gutemberg de Vilhena Silva	
Meio Ambiente e Planejamento	Marco Antônio Chagas João da Luz Freitas Raullian Borja Wardsson Lustrino Borges José Francisco Ferreira de Carvalho Jodival Mauricio da Costa Valdenira Ferreira dos Santos	Alexandro Cezar Florentino Yurgel Pantoja Eugênia Costa

Fonte: MDR, 2019.

9 INFRAESTRUTURA

9.1 LABORATÓRIOS

O PPGMDR tem a sua disposição mediante pré-agendamento, 12 laboratórios da UNIFAP (Biologia, Linguística, Física, Geoprocessamento, Estudos Espaciais, Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas, Ensino, Análise Socioambiental, Análise e Tratamento de Dados) e conta com o apoio de 02 laboratórios na área de Geoprocessamento (Gerenciamento Costeiro - GERCO e Zoneamento Econômico-ecológico - ZEE), de propriedade do IEPA. Os laboratórios são utilizados pelos docentes/pesquisadores envolvidos com o programa em suas atividades cotidianas.

9.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA

A UNIFAP conta com 4 (quatro) Blocos que atendem à Pós-graduação - um prédio disponibilizado para o setor administrativo (secretarias, coordenações, DPG, etc.) e para uso de salas de aula, onde podem ser feitas defesas de dissertações e apresentações de trabalhos científicos. Um prédio disponibilizado para salas de aulas; um prédio que abriga: Núcleo de Inovação Tecnológica; três mini-auditórios para videoconferência; Editora Universitária e 44 gabinetes para pesquisadores. Com exceção dos gabinetes de pesquisadores e espaço da editora, essa infraestrutura é utilizada pelos PPGs mediante pré-agendamento.

9.3 INFORMÁTICA

A Universidade Federal do Amapá disponibiliza computadores (portáteis e de mesa) interligados a rede de internet para atender as necessidades de seus professores. As salas de aulas que atendem ao PPGMDR são equipadas com projetores e sistemas de sonorização fixos. O programa tem sob a sua responsabilidade o Laboratório de Análise e Tratamento de Dados (LABAT) com computadores, lousa digital e softwares para análises quantitativas e qualitativas de dados como o SPSS e o NVIVO.

9.4 BIBLIOTECA

Na Biblioteca Central (BIC) da Universidade Federal do Amapá, localizada no Campus Marco Zero do Equador, a área física é de 1.711,25m² distribuída em dois salões de leitura, seis salas de estudo em grupo, auditório, processamento técnico, laboratório de informática, além das áreas administrativas, acervos de livros, periódicos e materiais especiais como as teses e dissertações defendidas pelos Programas de Pós-Graduação da IFES.

A capacidade da biblioteca é para 314 usuários sentados, distribuídos da seguinte forma: Salões para estudo em grupo (159); salas de estudo em grupo reservadas (24); cabines para estudo individual (35); auditório (50); laboratório de informática (32 computadores); e Sofás (12).

Existem seis estações de pesquisa ao acervo e demais serviços oferecidos pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) por meio de Totens, em funcionamento. A Biblioteca

disponibiliza 170 guarda volumes, atualmente utilizados por acadêmicos de cursos integrais da Universidade.

Em 2018, a biblioteca ampliou o seu acervo geral para 22.629 títulos e 96.597 volumes. Até então, com a seguinte distribuição por área:

- Ciências Exatas e da Terra: 1518 títulos e 7745 volumes
- Ciências Biológicas: 1043 títulos e 5332 volumes
- Engenharia / Tecnologia: 638 títulos e 2625 volumes
- Ciências da Saúde: 1548 títulos e 7.558 volumes
- Ciências Agrárias: 189 títulos e 755 volumes
- Ciências Sociais Aplicadas: 4251 títulos e 18843 volumes
- Ciências Humanas: 7294 títulos e 32524 volumes
- Linguística Letras e Artes: 3153 títulos e 11413 volumes
- Multidisciplinar: 548 títulos e 2698 volumes

Merece destaque a aquisição, pela IFES, de um acervo de 193 volumes de livros via plataforma E-book, onde é possível ter acesso por meio de downloads por período de sete dias. O sistema permite o acesso simultâneo da mesma obra por até 100 usuários.

A Biblioteca Central gerencia a base de dados bibliográfica e a circulação de acervo através do software Book Manager, desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI e o SIGU – Módulo Biblioteca, cuja base de dados bibliográfica está sendo alimentada em Registro Marc.

Com relação aos serviços oferecidos aos acadêmicos da Universidade Federal do Amapá, merece destaque, o Acesso ao Portal Periódicos da CAPES. O acesso está disponível em qualquer computador ligado à rede da UNIFAP e por acesso remoto (via CAFE) à totalidade dos textos completos de artigos de periódicos nacionais e internacionais, teses e dissertações, e-books e às bases de dados referencias e resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento humano.

A biblioteca também presta serviços de comutação bibliográfica, orientação na normatização técnica de trabalhos acadêmicos, elaboração de fichas catalográficas, capacitação de usuários e acesso à internet. O IEPA possui uma biblioteca, com 10 mil títulos. A EMBRAPA/AP possui uma biblioteca com um acervo de 25 mil títulos.

10 PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso é multidisciplinar, entendido como a capacidade de mobilizar diferentes conhecimentos nas áreas das Ciências Sociais, Humanas e Ambientais, valorizando as práticas de saberes quanto:

- A promoção de conexões cognitivas de saberes, procurando construir procedimentos capazes de promover o interconhecimento e a interinteligibilidade;
- A análise do desenvolvimento a partir da diversidade epistemológica do mundo;
- A tradução intercultural e interpolítica, no sentido da complementaridade e visibilidade de conhecimentos e saberes ancestrais e tradicionais;
- A fundamentação teórica para a prática do planejamento urbano e regional;
- O protagonismo no debate de propostas de políticas públicas de desenvolvimento;
- A motivação para a formação intelectual continuada nas áreas do ensino, pesquisa e extensão;
- A busca da felicidade.

10.1 EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DE FORMAÇÃO

O processo de formação adota a linha da pedagogia ativa. Priorizado aulas presenciais com estímulo à leituras crítica de textos previamente selecionadas pelos professores, mas também sugeridos por discentes. Nos processos avaliativos tem se utilizado de seminários organizados pelos discentes nas chamadas avaliações parciais, enquanto nas avaliações finais são propostos aos discentes a elaboração de artigos que procurem sistematizar as principais categorias teóricas das disciplinas e desdobrá-las em textos que possam ser aproveitados no corpo das dissertações.

A elaboração de artigos como processo de avaliação coletiva das disciplinas tem se mostrado integrador, tanto na relação discente-docente como entre docentes.

A proposta avaliativa passou a ser utilizada para superação dos aspectos adversos de práticas que não estimulam o interconhecimento e o diálogo no ambiente acadêmico. A partir dessa medida e através do grupo de planejamento estratégico está sendo possível monitorar a produção acadêmica do Programa.

Em 2018 foi implementado a Comissão de Pré-homologação de Dissertações do PPGMDR para aferir o cumprimento de normas técnicas e com isso manter a padronização dos estudos elaborados. Referido procedimento tem otimizado a homologação das dissertações pelo Colegiado do Programa e também permitido ajustes internos não previstos em normas orientadoras.

O Programa tem se empenhado em dinamizar a autonomia discente, com incentivo a organização de oficinas, seminários e rodas de conversa com valorização de conhecimentos e saberes discentes, docentes e convidados que possam estimular ecologias de saberes e interconhecimentos.

11 INTEGRAÇÃO COM A GRADUAÇÃO

11.1 INDICADORES DE INTEGRAÇÃO COM A GRADUAÇÃO

A integração do PPGMDR com a graduação da UNIFAP ocorre de forma rotineira, pois todos os professores do Programa do quadro da UNIFAP são vinculados a cursos de graduação da instituição, o que tem motivado o interesse de alunos de graduação pelo mestrado. Referidos egressos demonstram interesse pela carreira acadêmica.

Um diferencial é o aluno de graduação que desenvolveu atividades de iniciação científica, pesquisa ou extensão. São mais competitivos no processo de seleção e efetivamente apresentam melhor desempenho nas disciplinas, quando avaliados sobre critérios de construção crítica do conhecimento, participação e proatividade. A democratização de bolsas de iniciação científica para graduação tem se demonstrado um processo exitoso.

11.2 ESTÁGIO DE DOCÊNCIA

É uma atividade obrigatória aos alunos bolsistas do Programa. O estágio dos pós-graduandos junto a graduação tem oportunizado o contato com a docência de

ensino superior, contribuindo com o professor e ao mesmo tempo auxiliando-o em atividades de determinada disciplina e que permita a integração entre graduandos e pós-graduandos. Favorece ainda na disseminação do Programa junto a graduação.

A disciplina do estágio de docência não necessariamente é uma disciplina de responsabilidade do professor orientador. O bolsista poderá atuar em qualquer disciplina de graduação, sendo recomendado algumas áreas de interesse por afinidade ao PPGMDR.

12 INTERCÂMBIOS

12.1 INTERCÂMBIOS NACIONAIS

Desde a sua criação o PPGMDR tem buscado o intercambio e a cooperação acadêmica com instituições de pesquisa nacionais e internacionais através de seus professores. Teve uma participação ativa no Fórum Amazônico de Desenvolvimento Sustentável. Este fórum é um espaço destinado para a construção de diálogos e de pesquisas em desenvolvimento da Amazônia com os programas de pós-graduação em ciências sociais e humanas da região. Este fórum foi criado com uma agenda bienal de congresso sobre desenvolvimento amazônico com a participação desses programas de pós-graduação onde foram apresentados resultados de pesquisa conjuntos ou de grupos de pesquisa inseridos em tais programas, cujo resultado mais relevante foi o Projeto de Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia que envolveu 9 programas de pós-graduação da região, coordenado pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) da UFPA, financiado pelo Fundo Amazônia, gerenciado pelo BNDES.

O PPGMDR, também, através de seus professores, participou de ações conjuntas integrantes das atividades e planejamentos de Grupos de pesquisa, a exemplo das ações dos docentes do PPGMDR inseridos do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFron/UNIFAP) e do Laboratório Estado e Território: gestão, regiões e fronteiras (LABETER) vinculado ao Laboratório do Espaço Social (LABES) do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, financiados pelo edital Pró-Defesa (CAPES/Ministério da Defesa), pelo projeto intitulado "Transfronteirizações na América do Sul: dinâmicas territoriais, desenvolvimento regional, integração e defesa

nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil".

O PPGMDR, tem professores inseridos no Grupo de Pesquisa "Cartografias Territoriais" e articulações técnicas e acadêmicas com o Grupo Acadêmico de Produção do Território e Meio Ambiente da Amazônia (GAPTA/UFPa), realizando dois estágios pós-doutorais para a consolidação destes grupos de pesquisa.

Desde 2012, o grupo de pesquisa "Estrutura e Funcionamento de ecossistemas Aquáticos" vinculado ao PPGMDR integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Ambientes Marinhos Tropicais: Heterogeneidade Espaço-Temporal e Respostas às Mudanças Climáticas.

Em 12 de maio de 2016, docentes do PPGMDR, envolvidos com o Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON), juntamente com mais sete Observatórios sobre Migração aprovaram a proposta de criação de um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), intitulado "INCT Observatório das Migrações em Rede" (*Observatory of Migration Network - Internal and International Migrations in Contemporary Brazilian Regional Dynamics*) sob a coordenação do Programa de Pós-Graduação do Curso de Demografia da Universidade de Campinas.

No final de 2018, o PPGMDR aprovou um Projeto de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD-AM) junto a CAPES, com duração de 4 anos envolvendo os Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e da Universidade Regional de Blumenau (FURB) para uma pesquisa comparativa sobre as estratégias de desenvolvimento dos Estados do Amapá e Tocantins que foram criados em 1988.

12.2 INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS

Da mesma forma, o PPGMDR vem buscando a cooperação internacional. Através do esforço de seus docentes, trabalhou uma Cooperação Técnico-Científica com a Universidade de Coimbra (Portugal): visando o trânsito de pesquisadores dos dois países no sentido de ampliar a rede de pesquisa construída, prevendo a oferta de disciplinas de Professores do PPGMDR em Programas de Coimbra e vice-versa.

Nessa cooperação, cabe destacar o projeto intitulado "Análise Regional da Fronteira Setentrional Amazônica: Os Novos Usos da Fronteira Amapaense", financiado pelo Edital nº006/2015/PROCRI/UNIFAP, de 07 de abril de 2015. A

instituição visitada foi a Universidade de Coimbra (Portugal), no Departamento de Geografia, cujos resultados alcançados foi a publicação de artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, e um estágio pós-doutoral de docente do PPGMDR, que também foi inserido no projeto intitulado *Espacios Globales para la Expansión del Capital Transnacional: a) Frontera México-Estados Unidos, b) Proyecto Mesoamérica; c) Amazonía; d) Andino-patagónico*", visando o fortalecimento de pesquisas e difusão dos processos de integração regional no marco da globalização e o impacto nas fronteiras e nas populações das Américas. Tal projeto está inscrito no Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) que envolve instituições de mais de 43 países.

Com a Guiana Francesa, o PPGMDR participou, através de docentes pesquisadores, nos centros de pesquisa franceses, em atividades de cooperação mediante estágios pós-doutorais e mobilidades acadêmicas nas atividades desenvolvida pelo França naquela região e no Amapá em parceria com pesquisadores franceses. Nessa cooperação cabe destacar as atividades de intercambio envolvendo uma docente do programa no projeto "Dados espaciais para a gestão integrada da biodiversidade e dos recursos hídricos (Ds-BioDiva)", financiado pelo Edital Guyamazon (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá), com visita ao *Institute de Recherche pour le Development (IRD)*, no Maison de Teledetection, Montpellier, França, co-orientação de aluno de mestrado e produção conjunta de artigos científicos.

13 SOLIDARIEDADE NUCLEAÇÃO E VISIBILIDADE

13.1 INDICADORES DE SOLIDARIEDADE E NUCLEAÇÃO

O PPGMDR, desde sua criação, tem contribuído para o atendimento de uma demanda de capacitação de professores e técnicos da UNIFAP, conforme se observa no Quadro 7. No período de 2008-2018 titulou 58 servidores da instituição, sendo 51 do quadro de docentes e 07 do quadro técnico. Esse quantitativo representou 38,9% dos mestres titulados no período.

Quadro 7 Servidores da UNIFAP titulados no PPGMDR

ANO	DOCENTE	TÉCNICO	TOTAL
2008	10	0	10
2009	7	0	7
2010	9	0	9
2011	2	2	4
2012	1	0	1
2013	4	2	6
2014	3	1	4
2015	3	1	4
2016	2	0	2
2017	5	1	6
2018	5	0	5
TOTAL	51	7	58

Fonte: Pesquisa de Egressos do PPGMDR (2018).

Quanto a continuidade na qualificação dos servidores da UNIFAP titulados no PPGMDR, na pesquisa de egressos se observa que 31 destes servidores, ou seja 53,4%, continuaram o seu processo de formação acadêmica em cursos de doutorados, no Amapá, fora do estado ou ainda em DINTER ofertado pela UNIFAP em parcerias com outras universidades do país (Quadro 8). Deste número, 30 são docentes e 01 é técnico administrativo da UNIFAP.

Quadro 8 Continuidade na formação dos Servidores da UNIFAP

ANO	DOUTORADO	DOUTORANDO	NÃO CONTINUOU	TOTAL
2008	6	1	3	10
2009	5	1	1	7
2010	5	1	3	9
2011	2	1	1	4
2012	0	1	0	1
2013	0	2	4	6
2014	0	3	1	4
2015	0	1	3	4
2016	0	1	1	2
2017	0	0	6	6
2018	0	1	4	5
TOTAL	18	13	27	58

Fonte: Pesquisa de Egressos do PPGMDR (2018).

A iniciativa pioneira do PPGMDR centrada na titulação de docentes da UNIFAP possibilitou o fortalecimento da pós-graduação *stricto sensu* no Amapá. O exemplo elucidativo é a criação, em 2017, do Mestrado Acadêmico em Educação na UNIFAP, com parte dos docentes egressos do PPGMDR e de um DINTER em Educação realizado em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia. Dos 14 doutores que compõem o quadro de docentes do Mestrado em Educação, 05 são egressos do PPGMDR.

14 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Até o ano de 2018, o PPGMDR foi responsável pela titulação de 149 mestres em Desenvolvimento Regional. A pesquisa de acompanhamento de egressos iniciada no ano de 2018, indica o tipo de trabalho, o local de trabalho, a natureza do trabalho e a continuidade da formação acadêmica desses profissionais.

Quanto ao tipo de trabalho, 67,1% dos egressos trabalham como professores, sendo que 45,0% são professores exclusivo do ensino superior, 6,0% são professores do ensino superior e do ensino básico, 16,1% trabalham como professores exclusivos do ensino básico. Desses egressos, 27,5 % trabalham como técnicos, 0,7 % como pesquisador e 4,7% não responderam ou não estão trabalhando (Quadro 9).

Quadro 9 Tipo de trabalho dos egressos

TIPO DE TRABALHO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM	ACUMULADA
<i>Professor do Ensino Superior</i>	67	45,0	45,0
<i>Professor do Ensino Superior e Básico</i>	9	6,0	51,0
<i>Professor do Ensino Básico</i>	24	16,1	67,1
<i>Pesquisador</i>	1	0,7	67,8
<i>Técnico</i>	41	27,5	95,3
<i>Não definido</i>	7	4,7	100,0
TOTAL	149	100,0	

Fonte: Pesquisa de Egressos do PPGMDR, 2018.

Quanto ao local de trabalho, conforme expressa o Quadro 10, a pesquisa indicou que 57,7% desenvolvem suas atividades em Instituições de Ensino Superior, sendo que 49,0% trabalham exclusivamente em Instituições de Ensino Superior Públicas, sendo que 38,9% tiveram ou tem vínculos profissionais com a UNIFAP, 5,4% no Instituto Federal do Amapá, 4,7% na Universidade Estadual do Amapá. Verifica-se também que 2,7% trabalham tanto em Instituições de Ensino Superior Privadas e Públicas, enquanto 6% encontravam-se trabalhando, unicamente, em Instituições de Ensino Privada. O segundo maior beneficiário da formação desenvolvida pelo PPGMDR foi o Governo Estadual com aproveitamento de 33,6% dos mestres formados em atividades técnicas e no ensino básico, já o IEPA teve nos seus quadros 1 profissional titulado (0,7%), enquanto 8,0% dos titulados não informaram ou não estão trabalhando.

Quadro 10 Local de trabalho dos Egressos

LOCAL DE TRABALHO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGE M	ACUMULADA
<i>UNIFAP</i>	58	38,9	38,9
<i>UEAP</i>	7	4,7	43,6
<i>IFAP</i>	8	5,4	49,0
<i>Instituições de ensino público e privado</i>	4	2,7	51,7
<i>Instituições de ensino privado</i>	9	6,0	57,7
<i>IEPA</i>	1	0,7	58,4
<i>Governo Estadual</i>	50	33,6	92,0
<i>NI</i>	12	8,0	100,0
TOTAL	149	100,0	

Fonte: Pesquisa de Egressos do PPGMDR, 2018.

Quanto a continuidade na formação acadêmica através do acesso ao curso de Doutorado, os dados organizados no Quadro 11 mostram que 30,2% dos egressos do PPGMDR deram continuidade a sua formação acadêmica, sendo que 21 egressos já concluíram o doutoramento enquanto 24 ainda continuam estudando. Enquanto 67,1% dos egressos não buscaram o doutoramento e 4 não informaram.

Quadro 11 Continuidade na Formação Acadêmica

CONTINUIDADE	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM	ACUMULADO
<i>Doutorado concluído</i>	21	14,1	14,1
<i>Doutorando</i>	24	16,1	30,2
<i>Não continuou</i>	100	67,1	97,3
<i>NI</i>	4	2,7	100
TOTAL	149	100	-

Fonte: Pesquisa de Egressos do PPGMDR, 2018

Em síntese, os egressos formados no PPGMDR direcionam-se predominantemente ao atendimento de demandas da educação, predominantemente da educação superior pública exigente em titulação de mestrado e doutorado, em segundo lugar, a capacitação de técnicos responsáveis pelas políticas públicas do governo estadual e na titulação de professores do ensino básico da rede pública.

Os egressos direcionados ao ensino superior mantiveram-se e/ou se mantêm com uma atuação preferencial junto a UNIFAP na forma de contratação efetiva ou temporária como professores substitutos. Os que conseguem acessar o quadro efetivo das Instituições de Ensino Superior Públicas tendem a continuar a sua formação acadêmica aproveitando as oportunidades de acesso aos doutorados que são oferecidos no estado de forma permanente ou aos doutorados interinstitucionais (DINTER) criados para atender demandas específicas da UNIFAP. Os mestres em desenvolvimento regional estão contribuindo para a melhoria da educação superior e

básica, bem como no desenvolvimento científico e tecnológico do Amapá.

15 VISIBILIDADE

15.1 COTAS SOCIAIS

O PPGMDR adota como uma de suas prioridades ser um programa de formação de intelectuais de vanguarda comprometidos com os problemas enfrentados pela sociedade, sobretudo pelos grupos sociais que são submetidos a todas as formas de opressão e violência.

Para isso implementa um sistema de cotas sociais em seus processos seletivos, com oferta de vagas (mínimo de 30%) destinadas a estudantes negros, indígenas, deficientes, ou egressos de escolas públicas e de baixa renda. É de interesse do PPGMDR incentivar maior acesso de discentes advindos de segmentos sociais mais vulneráveis.

15.2 PROJETOS DE EXTENSÃO

O PPGMDR mantém projetos de extensão que objetivam divulgar agendas de interesse do Programa e dar voz a diversidade de sujeitos que discutem criticamente assuntos relacionados ao tema “desenvolvimento da Amazônia”, principalmente com o uso da Rádio Universitária da UNIFAP e pelo acolhimento de lideranças dos movimentos sociais em forma de rodas de conversa abertas ao público.

15.3 PÁGINAS INSTITUCIONAL NA INTERNET

A página do PPGMDR na internet é o principal veículo de comunicação institucional do Programa com a sociedade (<https://www2.unifap.br/ppgmdr/>).

15.4 USO DE BLOGS

Outros meios de divulgação do PPGMDR são os Blogs que divulgam sinteticamente

as pesquisas desenvolvidos por docentes, com destaque ao do docente José Alberto Tostes (<https://josealbertotostes.blogspot.com.br>). Outros docentes também fazem uso de Blogs de grande acesso local para divulgar o Programa e expressarem suas opiniões sobre problemas da sociedade.

16 INSERÇÃO SOCIAL

Entende-se como “Inserção Social” as diversas formas de interação do conhecimento produzido pelo PPGMDR com os entes e segmentos da sociedade comprometidos com a emancipação diante da exclusão social e da desigualdades do mundo em favor das humanidades.

Uma maior aproximação dos movimentos sociais e seus problemas tem sido incentivado pelo Programa, principalmente quanto a ações coletivas em Projetos de Extensão com protagonismos das comunidades. Desconstruir o princípio da verdade acadêmica pelo princípio da realidade e com isso aproximar o PPGMDR da sociedade é um desafio permanente.

Algumas experiências nesse sentido:

- Elaboração de Planos Diretores de Municípios do Estado do Amapá: destaca-se pelo exercício de processos participativos de alta intensidade em todas as etapas de elaboração e legitimação;
- Projeto de Extensão “Juventude da Floresta: visões, canções e modos de vida de uma Amazônia extrativista”: exercita a escuta profunda junto a jovens amazônidas que vivenciam o dilema da complexidade das relações urbe-floresta;
- Participação do Comitê Amapá preparatório ao IX Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA – Colômbia – Mocoa, 2020): trata-se de relações de horizontalidade, não hierárquicas, entre conhecimento acadêmico e outros saberes, em trocas recíprocas;
- Apoio as atividades da Comissão Pastoral da Terra no Amapá (CPT-AP): acolhe lutas por justiça ambiental ligadas a direitos a terras e regularização fundiária.

17 INTERFACES COM A EDUCAÇÃO BÁSICA

Na pesquisa de acompanhamento de egressos realizada em 2018 se observou que ao longo da existência do Programa foram titulados 33 professores que atuam na educação básica, representando 22,1% do universo dos mestres formados pelo PPGMDR. Essa ação passa a ser protagonizada pelo Mestrado em Educação. Novas estratégias de aproximação com a educação básica estão em discussão no Programa.

18 INTERNACIONALIZAÇÃO

O PPGMDR possui ações técnico-científicas internacionais pelo Observatório das Fronteiras Amazônicas do Platô das Guianas (OBFRON), pelos grupos de pesquisas coordenados por docentes envolvidos no Programa e por editais de mobilidade internacional e pesquisador visitante internacional.

O Observatório das Fronteiras Amazônicas do Platô das Guianas, visa analisar as dinâmicas territoriais e os processos de desenvolvimento transfronteiriço da faixa de fronteira da Amazônia Setentrional, com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela; além de discutir as dinâmicas de planejamento territorial das fronteiras do Platô das Guianas.

O Programa também possui integrantes no Grupo de Pesquisa Estrutura e Funcionamento de Ecossistemas Aquáticos, que investigam ambientes aquáticos amazônicos (fluviais, costeiros e marinhos), cujo foco principal é conhecer a dinâmica de funcionamento dos ecossistemas aquáticos amazônicos e suas interações o meio físico, biótico e as atividades humanas. Este grupo integra o INCT AMBIENTES MARINHOS TROPICAIS: HETEROGENEIDADE ESPAÇO-TEMPORAL E RESPOSTAS À MUDANÇAS CLIMÁTICAS (<http://www.inctambtropic.org/>).

Inserção em uma rede internacional envolvendo países latino americanos, intitulada *"Integración Regional, Fronteras y Globalización en el Continente Americano"*. O projeto integrante desta Rede denomina-se *"Espacios globales para la expansión del capital transnacional: a) frontera México-Estados Unidos; b) Proyecto Mesoamérica; c) Amazonía; d) Andino-patagónico"*, em resposta à convocatória do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

Os outros grupos de pesquisas aprovaram projetos em editais de agências

de fomento que permitiram ações investigativas envolvendo, principalmente, a Guiana Francesa. Cabe destacar os estudos da migração Brasil/Guiana Francesa e sobre o planejamento e as transformações urbanas entre Macapá (Brasil) e Caiena (Guiana Francesa).

A UNIFAP, através da Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais, também lançou editais de mobilidade internacional, com docentes do PPGMDR aprovados para tal ação acadêmica. Em um estado com uma composição populacional marcada pela forte presença de comunidades caboclas ribeirinhas e povos indígenas de cinco etnias diferentes ocupando território fronteiro entre os países que formam o Platô das Guianas (Brasil, França, Suriname, Guiana e Venezuela). A UNIFAP está inserida em um cenário que confere ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão o valor do caráter local, regional e internacional.

Tais características histórico-geográficas do estado do Amapá colocam a internacionalidade como um elemento intrínseco para a região e a internacionalização da UNIFAP- como um dos principais agentes de desenvolvimento de capital humano no estado- um projeto estratégico.

Em especial, nos últimos dois anos, algumas medidas foram adotadas, a fim de criar uma atmosfera internacionalizada na UNIFAP, trazendo os elementos interculturais internacionais para que os alunos da instituição desenvolvesse um amplo potencial com as distintas mobilidades internacionais, dentre as quais destacamos:

- Curso de Português para Estrangeiros: reconhece-se este curso como essencial para atrair e viabilizar a vinda de estudantes, professores e pesquisadores estrangeiros para a instituição, tanto através de demandas específicas dos Programas de Pós-Graduação quanto de Programas de grande alcance como o PAEC;
- Minicursos em outros idiomas: o baixo índice de professores e alunos bilíngues é um fator que dificulta a consolidação do processo de internacionalização, neste sentido a UNIFAP vem promovendo estes cursos para incentivar o uso de outros idiomas, especialmente o inglês, nas atividades acadêmicas.

- Adesão a Programas de intercâmbio e recepção de estrangeiros: A UNIFAP intensificou, consideravelmente, sua participação em programas voltados à internacionalização nos últimos dois anos. Dentre eles destacamos o Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC OEA/GCUB), Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), Programa de Intercâmbio Brasil – Colômbia (BRACOL), Brazil - Europe Doctoral and Research Programme (BE_a_DOC);
- Editais próprios: A UNIFAP, através da sua Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais promoveu os editais que incentivaram o intercâmbio de alunos e professores da instituição. À semelhança de outros anos, em 2017 foi lançado edital para viabilizar a vinda de sete professores visitantes internacionais para os programas de pós-graduação, considerando um por cada programa de Pós-Graduação.

A partir de 2017, a UNIFAP passou a contar com mais três programas de Pós-Graduação, aprovados pela CAPES (Educação, Estudos de Fronteira e Ciências Ambientais), que, como tal, foram contemplados com financiamento para um professor visitante. Deste modo, no Edital Nº 09/2017/PROCRI/UNIFAP – Professor Visitante Internacional 2017, foi selecionado o professor Alejandro Fabián Schweitzer (Doutor em Geografia, Planejamento territorial e Urbanismo, pela Univ. Sorbonne Nouvelle Paris III, 2000, pertencente à Universidad Nacional de la Patagonia Austral – Argentina, e realizou as atividades, entre 17 de setembro e 17 de outubro de 2017, acompanhado por um professor da Instituição.

Dentro destes editais próprios, tem, igualmente, 4 modalidades de edital da mobilidade internacional, promovidos pela PROCRI/UNIFAP. Um primeiro direcionado para a Região das Guianas e Caribe, um segundo de modalidade livre, um terceiro focado no Campus da UNIFAP do Oiapoque para a região Guianas e o quarto focado em Universidade Parceiras. Assim, nos editais 1, 2 e 4 foram selecionados 5 dos 18 professores permanentes deste Programa, ou seja, mais de ¼ dos professores (28%). Registre-se que, apesar de o edital de seleção ter acontecido em 2017, as ações correspondentes serão desenvolvidas em 2018. É ainda de registrar, no contexto de mobilidade internacional, ações desenvolvidas por 5 professores e um aluno deste PPG, em países como Portugal, França e

Argentina.

Em 2019, o PPGMDR participou de uma atividade de cooperação internacional para elaboração de um projeto envolvendo o PPGMDR/UNIFAP, a Universidad de Alicante da Espanha, a Université Les Mans da França, o Instituto Federal de Educação do Pará (IFPA-Campus Castanhal), e as Universidades Tecnológica e Central do Equador para o fundo Erasmoplus da União Europeia para desenvolver atividades de pesquisa e extensão com filhos de agricultores e indígenas que cursam o ensino superior na UNIFAP, em um projeto para 3 anos.

19 AUTOAVALIAÇÃO

O Programa tem conseguido, ultimamente, estabelecer uma rede profícua de pesquisadores em diversos âmbitos: local, regional, nacional e internacional. Destacando-se as relações científicas estabelecidas com a Comunidade Europeia a partir de trabalhos realizados por docentes-pesquisadores do PPGMDR na Guiana Francesa e, mais recentemente, de cooperações internacionais com Universidades portuguesas, como a Universidade de Coimbra e a Universidade de Lisboa; como, também, inserindo investigações com instituições de pesquisa latino-americanas.

No campo da inserção social, o Programa, através de seus docentes e discentes, tem atuado de maneira incisiva e participativa, em palestras, simpósios, mesas-redondas e eventos de diversos tipos que propõem alternativas para questões desafiadoras concernentes ao desenvolvimento regional.

O Programa também tem criado, desde o ano de 2006, massa crítica que se ocupa em debater e apontar soluções criativas para os problemas amazônicos. Prova disso são as dissertações defendidas, que possuem como tema geral a Amazônia em seus aspectos mais diversos possíveis, com múltiplos desdobramentos, a partir do foco do desenvolvimento regional.

Em 2014, o PPGMDR obteve a primeira experiência de recepção de estágio pós-doutoral, sendo bastante importante a inserção de um pesquisador doutor no seio das atividades acadêmicas e científicas colaborando nas atividades deste programa.

Nos períodos de avaliações trienais e quadrienais 2006-2009, 2010-2012 e 2013-2017, e nos dois últimos Coleta CAPES (2017 e 2018) a produção do PPGMDR foi assim registrada, no Quadro 12:

Quadro 12 Produção intelectual do PPGMDR da UNIFAP (2006-2018)

PERÍODO	ARTIGOS COMPLETO EM PERIÓDICOS	LIVROS	CAPÍTULOS DE LIVROS	ARTIGOS COMPLETO EM ANAIS	TOTAL
2004-2006	0	2	0	6	8
2007-2009	18	11	18	14	61
2010-2012	34	5	26	57	122
2013-2016	200	31	67	211	509
2017	45	9	27	42	123
2018	25	9	15	17	66
TOTAL	322	67	153	347	889

Fonte: MDR, 2019.

Desde a primeira avaliação, o programa tem incentivado a publicação em periódicos, perceptível no comportamento exposto na tabela acima. Considerando os periódicos avaliados pelo comitê de área em Planejamento Regional e Urbano, o PPGMDR/UNIFAP cresceu de 18 (na avaliação 2007-2009) para 200 artigos (no período de 2013-2016). Em 13 anos, o programa produziu 322 artigos em periódicos qualificados pela Capes. Sendo que 62% do total das produções em periódicos foram produzidas no período 2013-2016, como reflexo das alterações e adequações exercidas pelos docentes do PPGMDR, bem como das ações de estímulo à pós-graduação pela UNIFAP.

Quanto à produção de livros, houve um crescimento de 02 para 31, totalizando 67 obras nos 13 anos do PPGMDR. Sendo que 46% do total das produções em livros foram produzidas no período 2013-2016. Quanto a produção de capítulos de livros, foi computado um total de 153 capítulos produzidos nos 13 anos, enquanto artigos completos em anais, se produziu um total de 347 artigos.

No que tange à produção de capítulo de livros, houve um aumento de 26 para 67, computando 111 capítulos no decênio. 43,8% do total das produções em capítulos de livros foram produzidas no período 2013-2016.

No que se refere a trabalhos completos em anais, houve um aumento de 57 para 211, computando 288 trabalhos no decênio. 60,8% do total das produções completas em anais foram produzidas no período 2013-2016.

Com esses índices, percebe-se a mudança de comportamento dos docentes do PPGMDR em publicar em periódicos em substituição aos trabalhos completos em anais, mas sem perder a importância dos eventos na divulgação e discussão de seus resultados.

No decênio 2006-2018, o total dos trabalhos publicados

(Artigos+Livros+Capítulos de livros+ Trabalhos completos em anais) foram 889 textos. A cada avaliação, o PPGMDR vem ampliando a sua produção de conhecimento sobre a região de oito para cinquenta e um entre a primeira e a segunda avaliação; cinquenta e um para cento e vinte e dois entre a segunda e terceira avaliação e; cento e vinte e dois para quinhentos e nove entre a terceira e a quarta avaliação. Observa-se, com isso, o crescimento na produção de conhecimento sobre a região da Amazônia setentrional, consolidando, com isso, a premissa de geração de conhecimento regional e a sua divulgação.

No ano de 2017, a produção do programa foi de quarenta e cinco artigos em periódicos, trinta e quatro publicações entre livros e capítulos de livros e quarenta e dois trabalhos para anais de eventos, enquanto em 2018 houve uma queda na produção bibliográfica em função das dificuldades de acesso aos recursos para pesquisa em função do agravamento da crise econômica. Esses resultados indicam uma tendência no comportamento de docentes e discentes em não só divulgar os resultados de suas pesquisas, mas também, em melhorar a qualidade dessas publicações na busca de periódicos com melhores “qualis” para o programa.

20 PLANEJAMENTO FUTURO

Com a nova coordenação do PPGMDR, ocorrida no início de outubro de 2017, iniciou-se um processo de mudanças no sentido de preparar o programa para enfrentar a próxima avaliação quadrienal, com vista à melhoria do conceito, e quiçá aprovar um Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional para atender a demanda criada ao longo desses 12 anos de existência do PPGMDR.

A primeira mudança ocorreu no processo seletivo de ingresso ao programa, onde se optou por procedimentos mais transparentes no sentido de atender às exigências dos órgãos de controle e evitar a judicialização que se tornava recorrente. A avaliação do projeto de pesquisa e a prova de conhecimento foram desenvolvidas na forma de prova cega, onde o avaliador não sabe quem ele está avaliando, feitas através da Internet. A entrevista adotou o mesmo tempo para todos os candidatos com adoção de critérios de avaliação transparentes e publicados no edital do processo seletivo. Se adotou a política de quota para a pós-graduação, pela primeira vez. Este procedimento funcionou, visto que não houve judicialização dos resultados,

como ocorrido nos últimos processos.

A experiência foi bem avaliada pela Comissão com a proposição de mecanismos mais precisos de seleção, para serem aplicados no próximo processo, onde se pretende caminhar para uma seleção induzida em atender as necessidades dos projetos de pesquisa do programa.

Ainda no final de 2017, iniciaram-se os preparativos para o primeiro Planejamento Estratégico do Programa, no qual foi criada a Comissão Especial de Planejamento e Gestão Estratégica do PPGMDR, composta por dois professores mais antigos, um professor novo, o Coordenador, Vice-Coordenador e Secretária. A comissão tem a missão de discutir os encaminhamentos inerentes ao processo de planejamento e gestão estratégica para os próximos anos.

A partir do comitê foi elaborado um estudo crítico sobre as três avaliações ocorridas, cuja síntese é o instrumento básico para nortear o Planejamento Estratégico, e a participação da Comunidade Acadêmica nas diversas etapas do processo.

O documento síntese balizador do planejamento estratégico, identificou ao longo das três avaliações ocorridas no programa algumas situações favoráveis e outras adversas destacadas a seguir:

20.1 FAVORÁVEIS:

- Os aspectos quantitativos do número de dissertações defendidas;
- A elevação da produtividade na terceira avaliação de 2017;
- A maior distribuição das publicações na avaliação de 2017.

20.2 ADVERSAS:

- Pouca visibilidade e transparência na inserção social do Programa;
- Reduzida inserção de parcerias internacionais;
- Reduzida captação de recursos e falta de unidade institucional;
- Pouca relação das dissertações produzidas com a temática do Programa;
- As parcerias institucionais limitadas a participação dos pesquisadores.

A partir das oficinas de planejamento estratégico foram definidas as regras de credenciamento, com a redefinição do Projeto Político Pedagógico, construídos nos processos de avaliação interna, e nas demais regras e normas necessárias para os avanços no programa.

REFERÊNCIAS

CAPES. *Plataforma Sucupira*. In: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

CARDOSO, F.H. ; FALETTO, E. *Dependencia y Desarrollo en America Latina*. Siglo XXI, Mexico, 1969.

CHAGAS. M. A. *Amapá: A mineração e o discurso da sustentabilidade - de Augusto Antunes a Eike Batista*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

_____. *Tumucumaque: O "Big Park" e a História do Conservacionismo no Amapá*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 2008. 176p .

COICA. *Cuarta Cumbre Regional Amazónica - Mandato de Macapá*. Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica, 2018.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. *Atlas de Conflitos na Amazônia*. Comissão Pastoral da Terra, 2017

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariangela de Araujo P. *O Amapá no tempo do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond,2007.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1967

PPGMDR. *Relatório da Pesquisa de Egressos do PPGMDR*. Macapá: PPGMDR, 2018. Mimeo.

SIMONIAN, L. T. L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

UNIFAP.SIGAA, 2019.In: <https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/>

UNIFAP. *Relatório de Gestão 2018*. In: <https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/>

ANEXOS

1. EMENTAS DAS DISCIPLINAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. DISCIPLINA OBRIGATÓRIA:	Teorias do Desenvolvimento e Meio Ambiente
2. RESPONSÁVEL (EIS):	Antonio Sérgio Monteiro Filocreão Marco Antonio Augusto Chagas
3. LINHA DE PESQUISA DO PROGRAMA:	1 e 2
4. NÚMERO TOTAL DE HORAS:	60 horas
4.1 Horas de aula:	50
4.2 Outras atividades:	10 horas (Seminários, debates, palestras e etc.)
5. NÚMERO DE CRÉDITOS:	4
6. NÚMERO DE ALUNOS:	20
7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS:	5
8. PROGRAMA	
8.1 Ementa	Desenvolvimento, crescimento e subdesenvolvimento econômico; as ideias de desenvolvimento e prescrições para a superação do atraso ou estagnação econômica nas principais correntes do pensamento econômico; o debate sobre desenvolvimento econômico no Brasil e América Latina no âmbito da CEPAL; o desenvolvimento na perspectiva local e regional e; os debates teóricos entre meio ambiente e as ideias de desenvolvimento com práticas fundamentadas nas epistemologias do Sul.
8.2 Objetivos	Promover um processo de reflexão da evolução da ideia do desenvolvimento econômico capitalista numa perspectiva histórica através da discussão dos seus diversos conceitos, teorias e experiências em nível mundial com rebatimentos na experiência brasileira. Ao final do curso o aluno deverá compreender: <ul style="list-style-type: none">- O conceito, teorias e estratégias de desenvolvimento nas principais correntes do pensamento econômico;- O processo de desenvolvimento nos países ditos desenvolvidos e subdesenvolvidos;- Os debates sobre o desenvolvimento econômico na América Latina e no Brasil;- O desenvolvimento na perspectiva local e regional;- A questão ambiental e a crítica ao desenvolvimento.
8.3 Conteúdo	UNIDADE I: Crescimento, desenvolvimento e crises nas principais correntes econômicas <ul style="list-style-type: none">- Nos paradigmas clássico, neoclássico e marxista;- Nas vertentes keynesiana, schumpeteriana e institucionalista. Carga horária: 16 horas UNIDADE II: As Teorias do desenvolvimento econômico construídas no pós-guerra <ul style="list-style-type: none">- As perspectivas dualistas do desenvolvimento;- As teorias da modernização;- Desenvolvimento equilibrado;- Desenvolvimento como polarização e encadeamentos;- Desenvolvimento com liberdade. Carga horária: 16 horas UNIDADE III: Desenvolvimento Econômico na perspectiva da CEPAL <ul style="list-style-type: none">- As causas do subdesenvolvimento;- O nacional desenvolvimentismo;- O modelo de substituição de importações;

<ul style="list-style-type: none"> - As teorias da dependência; - O modelo de desenvolvimento associado e dependente; - Agricultura e desenvolvimento. <p>Carga horária: 12 horas</p> <p>UNIDADE IV: A questão ambiental e a construção do desenvolvimento sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abordagem desenvolvimentista do meio ambiente; - O que se entende por política ambiental (histórico); - Meio ambiente numa perspectiva das epistemologias do Sul. <p>Carga horária: 16 horas</p>
<p>8.4 Metodologia</p> <p>O curso será ministrado através de aulas expositivas, seminários, debates, leituras orientadas e trabalhos. A utilização de filmes/documentários sobre os temas abordados também fará parte da estratégia de aula do curso.</p>
<p>8.5 Avaliação</p> <p>O processo de avaliação parcial acontecerá através da avaliação de seminários e leituras obrigatórias (80%), e frequência as aulas (20%), enquanto a avaliação final será um artigo científico (80%), e frequência as aulas (20%).</p>
<p>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</p>
<p>9.1 Livros</p> <p>AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (orgs). <i>A economia do subdesenvolvimento</i>. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, 2010.</p> <p>BARQUERO, Antonio Vázquez. <i>Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização</i>. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.</p> <p>BIELSCHOWSKY, Ricardo. <i>Cinquenta anos de pensamento na CEPAL</i>. Rio de Janeiro: Record, 2000. 2v.</p> <p>CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. <i>Dependência e Subdesenvolvimento na América Latina</i>. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1970.</p> <p>CHANG, Ha-Joon. <i>Chutando a Escada</i>. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.</p> <p>FURTADO, Celso. <i>Teoria e política do desenvolvimento econômico</i>. São Paulo: Nacional, 1979.</p> <p>HIRSCHMAN, Albert. <i>Estratégia do desenvolvimento econômico</i>. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.</p> <p>NORTH, Douglas. <i>Instituições, Mudanças Institucionais e Desempenho Econômico</i>. São Paulo: Três Estrelas, 2018.</p> <p>PERROUX, F. <i>A Economia do Século XX</i>. Lisboa: Herber, 1967.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). <i>Epistemologia do Sul</i>. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>SEN, Amartya. <i>Desenvolvimento como liberdade</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.</p> <p>SOUZA, Nali de Jesus de. <i>Desenvolvimento Econômico</i>. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>SOUZA, Nali de Jesus de. <i>Desenvolvimento Regional</i>. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>VEIGA, José Eli da. <i>Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI</i>. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.</p>
<p>9.2 Artigos e revistas</p> <p>BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila;</p>

<p>GUERRA, Lemuel (orgs.). <i>Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável</i>. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 2006.</p> <p>CAPUTO, A. C.; MELO, H.P. A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. <i>Estudos Econômicos</i>. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, jul-set/2009.</p> <p>CEPEDA, V.L. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico. <i>Estudos Avançados</i>, 26 (75), 2012.</p> <p>FIORI, J.L. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. <i>Novos Estudos</i>, 40. Nov/1994.</p> <p>REDCLIFT, Michael R. Pós-Sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. <i>Raízes</i>, vol. 21, n. 1, jan-jun 2002. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_96.pdf</p>
<p>9.3 Outros</p>
<p>De mano pra mano: Carta para o amigo Chico Mendes. Disponível em: https://www.xapuri.info/historia-social/carta-amigo-chico-mendes/</p>

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
1. DISCIPLINA OBRIGATÓRIA: Metodologia da Pesquisa e Estudos Epistemológicos
2. RESPONSÁVEL (EIS): Raullyan Borja Lima e Silva Jodivaldo Maurício da Costa
3. LINHA DE PESQUISA DO PROGRAMA: 1 e 2
4. NÚMERO TOTAL DE HORAS: 60 horas
4.1 Horas de aula: 50
4.2 Outras atividades: 10 horas (Seminários, debates, palestras e etc.)
5. NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
6. NÚMERO DE ALUNOS: Aprovados no processo seletivo
7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS: 5
8. PROGRAMA
8.1 Ementa
Ciência: definição, o método científico, contribuição para o desenvolvimento, fraudes e erros. Funções e atividades na ciência. Aperfeiçoamento do profissional científico. Importância da estatística na ciência. Projeto de pesquisa. Técnicas de elaboração de projeto de pesquisa. Etapas da elaboração de projetos de pesquisa. Tipos de documentos científicos (projetos, artigos científicos e revisões bibliográficas). Trabalhos acadêmicos. Estrutura de trabalhos acadêmicos. Diretrizes para Estruturação e Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. Normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas para projetos e trabalhos acadêmicos. Normas de redação científica. Uso da biblioteca, consulta eletrônica. Como apresentar trabalhos científicos. Crítica da ciência e do conhecimento. Epistemologia do desenvolvimento. A pesquisa em desenvolvimento regional. Sociedade, inovação e desenvolvimento.
8.2 Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> – Oferecer subsídios para a compreensão da ciência enquanto processo crítico de reconstrução do saber, analisando os temas que enfocam a sua natureza, os métodos e os processos de investigação, como forma de instrumentalização para a pesquisa, visando o espírito crítico científico; – Compreender as diversas fases de elaboração e desenvolvimento de pesquisas e trabalhos acadêmicos. Elaborar e desenvolver pesquisas e trabalhos científicos obedecendo às orientações e normas vigentes; – Desenvolver conhecimentos e habilidades importantes para a elaboração, formatação e análise de projetos e trabalhos acadêmicos, obedecendo às normas vigentes;

<ul style="list-style-type: none"> - Estudar a epistemologia da ciência, a crítica do conhecimento e a pesquisa em desenvolvimento regional.
<p>8.3 Conteúdo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concepções alternativas do conhecimento científico; Noções de objetividade, de validade, de explicação causal, compreensão, interpretação; Natureza dos fenômenos e teorias sociais; - Ciência: definição / o método científico / contribuições para o desenvolvimento, fraudes e erros; Funções e atividades na ciência / aperfeiçoamento do profissional científico; - Projeto de pesquisa: a construção do projeto de pesquisa / Técnicas de elaboração de projeto de pesquisa / Elementos de projetos de pesquisa / Etapas da elaboração de um projeto de pesquisa: seleção do tema; identificação e contextualização do (s) problema (s); Formulação da pergunta-norteadora; Hipótese (s); Justificativa da proposição; Objetivos; Revisão da literatura; Escolha do método (coleta e análise dos dados); Elaboração do plano de ação; Recursos humanos e materiais; Orçamento; Redação científica / O papel do orientador e do orientando / Dimensão ética da pesquisa que envolve seres humanos e animais; - Trabalhos acadêmicos: estrutura de trabalhos acadêmicos / Diretrizes para a elaboração e formatação de projetos e trabalhos acadêmicos; - Formatação do trabalho acadêmico (Normas vigentes da ABNT para trabalhos acadêmicos); - Normas auxiliares: Número padrão internacional para publicação seriada-ISSN / Código de Catalogação Anglo-Americana / Normas de apresentação tabular-IBGE / Normas Vancouver; - Uso da biblioteca / consulta eletrônica. Tipos de documentos científicos / apresentação de trabalhos científicos; - Epistemologia da ciência e crítica do conhecimento; A pesquisa em desenvolvimento regional; Inovação e transferência de conhecimento; Epistemologia do desenvolvimento.
<p>8.4 Metodologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os objetivos da disciplina requereram uma complementação e integração dos conhecimentos já adquiridos para que os discentes possam desenvolver um pensamento analítico e independente aplicável à solução efetiva dos problemas levantados no projeto de dissertação. Por esse motivo não será suficiente memorizar e reproduzir os conteúdos teóricos. É fundamental que os discentes desenvolvam sua capacidade de relacionar e entender os processos e funções trabalhados em diferentes aulas para poder aplicá-los nas avaliações; - A disciplina será composta por aulas teóricas e parte prática (ajuste do projeto de dissertação); - Aulas teóricas expositivas com uso de equipamentos específicos como: Computador e/ou notebook, tela de projeção, data show e ponteira a laser; - Oficina de ajuste dos projetos de dissertação dos discentes; - Apresentação dos projetos ajustados em simulação de seminário de qualificação, com tempo e procedimentos similares.
<p>8.5 Avaliação</p> <p>A avaliação será pela participação nas aulas expositivas dialogadas, nas mesas temáticas e na apresentação de seminário e apresentação do projeto de dissertação em simulação de aula de qualificação.</p>
<p>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</p>
<p>9.1 Livros</p> <p>ALMEIDA, M. S. <i>Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva</i>. São Paulo: Atlas, 2011. 80 p.</p> <p>CRESWELL, J. W. <i>Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</i>. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.</p> <p>FERREIRA, G. <i>Redação científica: como entender e escrever com facilidade</i>. São Paulo: Atlas, 2011. 155 p.</p>

MICHALISZYN, M. S.; TOMASINI, R. <i>Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos</i> . 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 220 p.
OLIVEIRA, S. L. <i>Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses</i> . São Paulo: Pioneira, 2004. 320 p.
ARISTÓTELES. <i>Ética a Nicômaco</i> . Tradução. São Paulo: EDIPRO, 2014.
DESCARTES, René. <i>Discurso do Método</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2001.
FOUCAULT, M. <i>A arqueologia do saber</i> . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
KUHN, T. <i>A estrutura das revoluções científicas</i> . 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
POPPER, K.R. <i>A lógica da pesquisa científica</i> . São Paulo: Cultrix, 1974.
9.2 Artigos e revistas
-
9.3 Outros
-

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
1. DISCIPLINA OBRIGATÓRIA OU ELETIVA: Planejamento Urbano Regional
2. RESPONSÁVEL (EIS): José Alberto Tostes José Francisco Carvalho Ferreira
3. LINHA DE PESQUISA DO PROGRAMA: 1 e 2
4. NÚMERO TOTAL DE HORAS: 60 horas
4.1 Horas de aula: 50
4.2 Outras atividades: 10 horas (Seminários, debates, palestras e etc.)
5. NÚMERO DE CRÉDITOS: 4
6. NÚMERO DE ALUNOS: 20
7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS: 5
8. PROGRAMA
8.1 Ementa
Apresentar as recentes teorias e experiências no campo do Planejamento Público e do Desenvolvimento Regional e Urbano no Brasil, na Amazônia e no Amapá objetivando fornecer uma base de informações sistemáticas que possam contribuir para a busca de novas concepções e melhores formas de inserção do planejamento regional e urbano na atual conjuntura de globalização econômica.
8.2 Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar para a análise urbana nos seus aspectos físicos, ambientais, econômicos, sociais, estruturais e formais, considerando conceitos e métodos desenvolvidos nas áreas de planejamento e gestão urbanos; - Diagnosticar problemas e potencialidades urbanos objetivando a elaboração de diretrizes do uso e ocupação ordenada do território, bem como a requalificação de áreas adequadamente identificadas; - Capacitar o aluno para a prática reflexivo-propositiva no espaço urbano, embasado no discernimento e na responsabilidade socioespacial para sua atuação.
8.3 Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento urbano; Concepção Teórica do Planejamento no Brasil; A Reforma Urbana; - Planejamento e Hierarquia de Planos no Brasil; Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental; - A Apropriação do Espaço Urbano Regional; planejamento urbano sob a perspectiva sistêmica; - Concentração e dispersão e suas implicações sobre o espaço urbano; - Planejamento Urbano na Amazônia; - Planejamento Urbano Regional no estado do Amapá;

- O processo de Expansão e crescimento das cidades amapaenses.
8.4 Metodologia
Aulas expositivas e realização de seminários
8.5 Avaliação
Produção de um artigo científico
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
9.1 Livros
AMADO, M. J. N. P. <i>O processo do planejamento urbano sustentável</i> . 2002. 259 f. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia do Ambiente na especialidade de Planeamento e Ordenamento do Território) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.
BRASIL. <i>Estatuto da cidade: guia para a implementação pelos municípios e cidadãos</i> . Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
Lefebvre, H. (1969). <i>O direito à cidade</i> . São Paulo: Editora Documentos.
TOSTES, J.A. <i>Transformações urbanas das pequenas cidades na Faixa de Fronteira Setentrional</i> . PUBLIT, Rio de Janeiro, 2012.
_____. <i>Planejamento urbano regional no estado do Amapá</i> . Editora da Unifap. Macapá, 2018.
VERGARA, SC.; CORRÊA. V.L.A. <i>Propostas para uma gestão pública municipal efetiva</i> . FGV Editora, Coleção Prática, Rio de Janeiro, 2º edição, 2004.
9.2 Artigos e revistas
BARCELLOS, P. F. P.; BARCELLOS, Luiz Fernando Pinto. <i>Planejamento urbano sob perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social da propriedade e a preocupação ambiental</i> . Ver. FAE, Curitiba, v.7, n. 1, 2004, p. 129-144.
BECKER, B. K. <i>Amazônia</i> . 5ª. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
MONTE-MÓR, Roberto L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (Org.). <i>Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85, 2006.
TOSTES. J.A; FERREIRA, José F. C. Indicadores de sustentabilidade para aferir impactos ambientais e urbanos em Macapá e Santana, cidades médias da Amazônia. <i>Revista Política e Planejamento Regional</i> . Rio de Janeiro, v.2 n. 1, p. 91 a 110, jan./junh. 2015.
9.3 Outros
-

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
1. DISCIPLINA ELETIVA: Formação socioeconômica do Amapá I
2. RESPONSÁVEL (EIS): Jadson Luís Rebelo Porto
3. LINHA DE PESQUISA DO PROGRAMA: Desenvolvimento, Urbanização e Planejamento Socioeconômico
4. NÚMERO TOTAL DE HORAS: 30 horas
4.1 Horas de aula: 25

4.2 Outras atividades: 5 horas (Seminários, debates, palestras e etc.)
5. NÚMERO DE CRÉDITOS: 2
6. NÚMERO DE ALUNOS: 15
7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS: 4
8. PROGRAMA
8.1 Ementa
<ul style="list-style-type: none"> - As terras do Amapá e os conflitos internacionais com a Guiana Francesa, séculos XVII e XIX; - Formação da condição fronteiriça amapaense; - Configurações e dinâmicas territoriais da fronteira setentrional brasileira.
8.2 Objetivos
Analisar as dinâmicas, as organizações e as transformações do espaço amapaense entre o século XVII e meados do século XX.
8.3 Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> - A Condição Fronteiriça da Amazônia: dos velhos aos novos usos da fronteira; - As terras do Amapá e os conflitos internacionais com a Guiana Francesa nos séculos XVII e XIX; - A inserção do Amapá na Economia-mundo: origem das conectividades e do acionamento espacial; - As discussões sobre a divisão territorial do Brasil no início do século XX no federalismo brasileiro.
8.4 Metodologia
<ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva e dialogada; - Ocorrência de palestras com pesquisadores convidados; - Uso de datashow e de textos selecionados de periódicos, anais de eventos e livros.
8.5 Avaliação
Elaboração de um artigo entre 5 e 7 laudas, usando o modelo usado pelo periódico PRACS (https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs), da Unifap.
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
9.1 Livros
<p>CARDOSO, F. S. S. <i>Entre conflitos, negociações representações: O Contestado franco-brasileiro na última década do século XIX</i>. Belém: UNAMAZ/NAEA-UFPa, 2008.</p> <p>CHAGAS, M. A. <i>Amapá: A mineração e o discurso da sustentabilidade - de Augusto Antunes a Eike Batista</i>. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.</p> <p>PORTO, J. L. R. <i>Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000</i>. Macapá: SETEC, 2003.</p> <p>PORTO, J. L. R. <i>Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)</i>. Blumenau: FURB/PPGDR, 2014. Relatório Pós-Doutoral.</p> <p>VIDAL, L. <i>Mazagão: A cidade que atravessou o Atlântico</i>. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.</p>
9.2 Artigos e revistas
<p>PORTO, J. L. R. A reconstrução da condição fronteiriça amapaense: da expansão colonial às intenções de interações transfronteiriça. <i>Acta Geográfica (UFRR)</i>. Edição Especial Geografia Política e Geopolítica. p.149 - 167, 2014.</p> <p>QUEIROZ, J. M.; GOMES, F. Amazônia, fronteiras e identidades: Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas - séculos XVIII-XIX). In: <i>Lusotopie</i>. 2002/1. p. 25-49. Disponível em: http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/queriroz-gomes.pdf.</p>
9.3 Outros
<p>GRANGER, S. <i>La Guyane et le Brésil, ou la Quête d'Integration Continentale d'un Département Français d'Amérique</i>. Paris: Institut des Hautes .tudes de l'Amérique Latine/Universite Sorbonne Nouvelle - Paris 3, 2012b. Th.se de doctorat de G.ographie- Amanagement.</p> <p>SILVA, G. V. <i>Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local</i>. Porto Alegre:PPG/UFRGS, 2008. 180 f., il., anexos. Dissertação (Mestrado</p>

em Geografia).

_____. *Uma nova página na geopolítica franco-brasileira: As expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI*. UFRJ/PPGEO, Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Geografia).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. DISCIPLINA ELETIVA:	Formação socioeconômica do Amapá II
2. RESPONSÁVEL (EIS):	Jadson Luís Rebelo Porto
3. LINHA DE PESQUISA DO PROGRAMA:	Desenvolvimento, Urbanização e Planejamento Socioeconômico
4. NÚMERO TOTAL DE HORAS:	30 horas
4.1 Horas de aula:	25
4.2 Outras atividades:	5 horas (Seminários, debates, palestras e etc.)
5. NÚMERO DE CRÉDITOS:	2
6. NÚMERO DE ALUNOS:	15
7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS:	4
8. PROGRAMA	
8.1 Ementa	
	<ul style="list-style-type: none">- Transformações da Amazônia no século XX; Federalismo no Brasil: A criação dos Territórios Federais;- Transformações e configurações do espaço amapaense nos séculos XX e XXI;- Formação da condição transfronteiriça amapaense;- Periodização econômica amapaense;- Origem e configurações da Região Metropolitana Amapaense.
8.2 Objetivos	
	Analisar as dinâmicas, as organizações e as transformações do espaço amapaense entre os séculos XX e XXI.
8.3 Conteúdo	
	<ul style="list-style-type: none">- A condição transfronteiriça da Amazônia: usos da fronteira em novas dinâmicas territoriais;- A inserção do Amapá na Economia-mundo: Novas conectividades e novos acionamentos espaciais;- Federalismo no Brasil: A criação dos Territórios Federais;- Transformações e configurações do espaço amapaense nos séculos XX e XXI;- Os ajustes espaciais e a (des)organização territorial amapaense;- Periodização econômica amapaense: Gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943- 1974); Planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987); Estadualização e sustentabilidade econômica (Pós 1988);- Perspectivas da fronteira setentrional para o século XXI.
8.4 Metodologia	
	<ul style="list-style-type: none">- Aula expositiva e dialogada;- Ocorrência de palestras com pesquisadores convidados;- Uso de datashow e de textos selecionados de periódicos, anais de eventos e livros.
8.5 Avaliação	
	Elaboração de um artigo entre 5 e 7 laudas, usando o modelo usado pelo periódico PRACS (https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs), da Unifap.
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
9.1 Livros	
	CHELALA, C. <i>A magnitude do Estado na sócio-economia amapaense</i> . Macapá: MDR/UNIFAP, 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, 2008.
	LOUREIRO, V. R. <i>A Amazônia no século XXI: Novas formas de desenvolvimento</i> . São Paulo: Empório do Livro, 2009.
	PORTO, J. L. R. <i>Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000</i> .

<p>Macapá: SETEC, 2003.</p> <p>_____. <i>Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Reformas da condição fronteira amapaense (1943-2013)</i>. Blumenau: FURB/PPGDR, 2014. Relatório Pós-Doutoral.</p> <p>PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; SILVA, G. V.; <i>Novos usos do Território amapaense: Políticas públicas, desenvolvimento, ajustes espaciais na fronteira da Amazônia Setentrional</i>. In: SILVA, A. Z.</p> <p>B; FERKO, G. P. S.; FERREIRA, S. M. <i>Gestão Pública e Política Regional</i>. Boa Vista: EDUFRR, 2014.</p>
<p>9.2 Artigos e revistas</p>
<p>PORTO, J. L. R.; COSTA, J. M. Ensaio de Interações transfronteiriças Amapá-Guiana Francesa (1943-2013): Reflexões de uma fronteira tardia. <i>Revista GeoAmazônia</i>, Belém, v. 04, n. 07, p. 20 – 46, jan./jun. 2016. Disponível em: http://www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/view/103/pdf_68)20</p> <p>SUPERTI, E. Políticas públicas e integração sul americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. <i>Novos Cadernos Naea</i>, v. 2, n.14, 2011, p.32-48.</p>
<p>9.3 Outros</p>
<p>ABRANTES, J. S. <i>(Des)envolvimento local em regiões periféricas do capitalismo: Limites e perspectivas no caso do Estado do Amapá Belém: NAEA/UFPA, 2010</i>. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, 2010.</p> <p>ARBARET-SCHULZ, C. et. al. La frontière, un objet spatial en mutation. <i>Espaces Temps.net</i>, Textuel, 29.10.2004. Disponível em: http://espacestems.net/document842.html.</p> <p>SANTOS, E. R. C. <i>Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas</i>. Rio de Janeiro: Publit, 2013.</p>

<p>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL</p>
<p>1. DISCIPLINA ELETIVA: Formação socioeconômica do Brasil</p>
<p>2. RESPONSÁVEL (EIS): Antônio Sérgio Monteiro Filocreão</p>
<p>3. LINHA DE PESQUISA DO PROGRAMA: 1</p>
<p>4. NÚMERO TOTAL DE HORAS: 30 horas</p>
<p>4.1 Horas de aula: 20</p>
<p>4.2 Outras atividades: 10 horas (Seminários, debates, palestras e etc.)</p>
<p>5. NÚMERO DE CRÉDITOS: 2</p>
<p>6. NÚMERO DE ALUNOS: 15</p>
<p>7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS: 5</p>
<p>8. PROGRAMA</p>
<p>8.1 Ementa</p> <ul style="list-style-type: none"> – Economia Brasileira até o Século XIX; – A Economia Brasileira nas primeiras décadas do Século XX; – Os anos 1930; Processo de Substituição de Importações; – Plano de Metas; A crise dos 1960; – A era do Milagre econômico nos anos 1970; – Crise dos anos 1980; – O Plano Real; – Desenvolvimentismo e crise no Brasil do século XXI.
<p>8.2 Objetivos</p> <p>Encaminhar os discentes a uma reflexão crítica da formação socioeconômica do Brasil que contribua para a compreensão das relações existentes entre os diversos grupos de interesses econômicos e políticos que, ao longo do processo histórico, levaram a constituição de uma sociedade marcada por profundas desigualdades econômicas e sociais.</p>
<p>8.3 Conteúdo</p>

UNIDADE I: Formação socioeconômica do Brasil Colonial

- A evolução da organização social e política da colônia;
- A organização da produção e do trabalho na colônia;
- O modelo de desenvolvimento mercantilista colonialista;
- Os ciclos econômicos: pau-brasil, açúcar e mineração;
- A crise do colonialismo luso na América Portuguesa.

Carga horária: 5 horas

UNIDADE II: Formação socioeconômica Brasil Império

- A evolução da organização social e política no império;
- A organização da produção e do trabalho no império;
- O modelo de desenvolvimento agrário exportador;
- O ciclo do café;
- A expansão da borracha na Amazônia;
- O liberalismo e o início da indústria.

Carga horária: 5 horas

UNIDADE III: A Formação socioeconômica do Brasil na 1ª República

- Regionalismo e a crise do liberalismo;
- A consolidação da república oligárquica;
- O processo de industrialização.

Carga horária: 3 horas

UNIDADE IV: A formação do Brasil Contemporâneo

- Nacionalismo e política econômica;
- O debate econômico brasileiro do pós-guerra;
- A CEPAL e o industrialismo brasileiro;
- O modelo de substituição de importações;
- O modelo de desenvolvimento associado e dependente: do milagre à crise;
- O endividamento externo e interno;
- A modernização da agricultura brasileira;
- O problema inflacionário;
- Os militares e o projeto Brasil Potência;
- A nova república e a década perdida: a crise dos anos de 1980;
- A nova ordem política: globalização e emergência do projeto neoliberal brasileiro;
- Neodesenvolvimentismo e crise fiscal.

Carga horária: 7 horas

8.4 Metodologia

O curso será ministrado através de aulas expositivas e seminários, debates em sala de aula, leituras orientadas e trabalhos. A utilização de filmes/documentários sobre os períodos e temas abordados também fará parte da estratégia de aula do curso.

8.5 Avaliação

O processo de avaliação parcial acontecerá através da avaliação de seminários e leituras obrigatórias (80%), e frequência as aulas (20%), enquanto a avaliação final será um artigo científico (80%), e frequência as aulas (20%).

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

9.1 Livros

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 23ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1989.

LACERDA, Antônio Correa de, et al. *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2015.

LINHARES, Maria Yedda (Organizadora). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*, Rio de Janeiro; Polis/Vozes, 1987.

MENDONÇA, Maria Gusmão de, e PIRES, Marcos Cordeiro. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo : Pioneira Thomson Learning. 2002.

PEREIRA, L. C. Bresser. <i>Economia brasileira: uma introdução crítica</i> . 3a ed. São Paulo: Editora 34, 1998.
PRADO JUNIOR, Caio. <i>História econômica do Brasil</i> , 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1949.
PROUS, André. <i>O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país</i> . Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR, 2006.
SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. <i>BRASIL: uma biografia</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
9.2 Artigos e revistas
CAPUTO, A. C.; MELO, H.P. A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. <i>Estudos Econômicos</i> . São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, jul-set/2009.
FIORI, J.L. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. <i>Novos Estudos</i> , 40. Nov/1994.
CEPEDA, V.L. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico. <i>Estudos Avançados</i> , 26 (75), 2012.
9.3 Outros
-

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
1. DISCIPLINA ELETIVA: Desenvolvimento e Formação Socioeconômica do espaço amazônico
2. RESPONSÁVEL (EIS): Ricardo Ângelo Pereira de Lima
3. LINHA DE PESQUISA DO PROGRAMA: 1
4. NÚMERO TOTAL DE HORAS: 30 horas
4.1. Horas de aula: 20 horas
4.2. Outras atividades: 10 horas
5. NÚMERO DE CRÉDITOS: 2
6. NÚMERO DE ALUNOS: 7
7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS: 3
8. PROGRAMA
8.1 Ementa
Território e Regionalização da Amazônia; Processos de construção do espaço amazônico; Fases da economia da Amazônia; Integração nacional e grandes projetos; Configuração territorial durante século o XX; Vetores de ocupação e políticas de desenvolvimento recente na região amazônica.
8. 2 Objetivos
a) Refletir os conceitos de Território e de Região aplicados aos espaços Amazônicos; analisar os diversos significados de Amazônia ao longo do processo de formação territorial do espaço amazônico; c) Possibilitar os mestrandos pensar a realidade amazônica a partir dos diversos vetores de ocupação territorial.
8.3 Conteúdo
<i>UNIDADE I: Território e Regionalização da Amazônia</i> - Pensar os significados de Amazônia ao longo do processo de formação territorial do espaço amazônico; - As expressões territoriais (ribeirinhos, indígenas, seringueiros, e trabalhadores urbanos).
<i>UNIDADE II: Processos de construção do espaço amazônico</i> - A construção do território no vale do Amazonas; - Controle e organização do território nos séculos XVII, XVIII, XIX.
<i>UNIDADE III: Fases da economia da Amazônia</i>

<ul style="list-style-type: none"> - A borracha e a reorganização do espaço amazônico: fins do século XIX ao início do século XX. <p><i>UNIDADE IV: Integração nacional e grandes projetos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - A integração nacional (I PND, II PND E III PND); - O rodoviarismo, a mercantilização e o monopólio da terra; - A escravidão moderna, mobilidade da força de trabalho, o sistema de “pionagem”. <p><i>UNIDADE V: Configuração territorial durante o século XX</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Produção da nova fronteira - a territorialidade dos atores sociais e a dinâmica das gestões territoriais; - As frentes pioneiras: castanha, ouro, pecuária; - A reprodução camponês na Amazônia. <p><i>UNIDADE VI: Vetores de ocupação e políticas de desenvolvimento recente na região amazônica</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Grandes projetos; - Mineração; - Siderurgia; - Logística; - Urbanização; - Infraestrutura; - Energia; - Agricultura empresarial (agronegócio);
<p>8.4 Metodologia</p> <p>Aulas expositivas, leitura e interpretação de textos seguidos de debates, elaboração de resenhas e fichamentos, pesquisas temáticas seguidas de seminários sobre assuntos da disciplina, exibição de vídeos seguidos de debates.</p>
<p>8.5 Avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1ª. APC: Seminário individual, sobre temas do Desenvolvimento da Amazônia; - AF: Artigo individual sobre a problemáticas socioeconômicas da Amazônia.
<p>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</p>
<p>9.1 Livros</p> <p>BECKER, B. <i>Amazônia</i>. São Paulo, Ática, 1990.</p> <p>_____. <i>Amazônia: geopolítica na virada do III milênio</i>. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.</p> <p>BROWDER, J. O; GODFREY, B. J. <i>Cidades da Floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira</i>. Manaus: EDUA, 2006.</p> <p>CAMPOS, Andreilino. <i>Do quilombo à favela: a produção do —espaço criminalizado no rio de janeiro</i>. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.</p> <p>CARDOSO, Ana Claudia (Org.). <i>O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas</i>. Belém: UFPA, 2006.</p> <p>COSTA, Francisco de Assis. <i>Grande Capital e agricultura na Amazônia – a experiência Ford no Tapajós</i>. Belém: ed. Universitária, 1993.</p> <p>COSTA, José Marcelino. <i>Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas</i>. Belém: NAEA/UFPA, 1987.</p> <p>EMMI, Marília. <i>A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais</i>. Belém: Graf. Ed. Universitária, 1987. (Col. Igarapé)</p> <p>GONÇALVES, Carlos Walter Porto. <i>Amazônia, Amazônias</i>. São Paulo: Contexto, 2005.</p> <p>LEONARDI, Victor Paes de Barros. <i>Fronteiras Amazônicas do Brasil: saúde e história social</i>. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.</p> <p>HEBETTE, Jean & CASTRO, Edna. <i>Na trilha dos grandes projetos – modernização e conflito na Amazônia</i>. Belém: Cadernos do NAEA, 10, 1989.</p>

HÉBETTE, Jean. <i>O cerco está se fechando</i> . Belém: Fase/NAEA-UFPA, vozes, 1991.
MARTINS, José de Souza. <i>Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano</i> . São Paulo: Hucitec, 1997.
SILVA, Christian Nunes; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira; SILVA, João Marcio. Palheta. (Orgs.). <i>Territórios, Ordenamentos e Representações na Amazônia</i> . 1a., ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2017. v. 1. 442p.
9.2 Artigos e revistas
CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: <i>Revista Brasileira de Geografia</i> , Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.
MONTEIRO Maurílio de Abreu. <i>Siderurgia na Amazônia oriental brasileira e a pressão sobre a floresta primária</i> . Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT16/gt16_maurilio.pdf .
PALHETA DA SILVA, João M; LIMA, Ricardo. Ângelo. Pereira de. Economia mineral e os impactos nos territórios amazônicos do sudeste paraense. <i>Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas</i> , v. 9, p. 103-116, 2017.
9.3 Outros
-

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
1. DISCIPLINA ELETIVA: Políticas Territoriais e Desenvolvimento
2. RESPONSÁVEL (EIS): Gutemberg de Vilhena Silva
3. LINHA DE PESQUISA DO PROGRAMA: 1
4. NÚMERO TOTAL DE HORAS: 30 horas
4.1 Horas de aula: 20
4.2 Outras atividades: 10 horas (Seminários, debates, palestras e etc.)
5. NÚMERO DE CRÉDITOS: 2
6. NÚMERO DE ALUNOS: 15
7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS: 3
8. PROGRAMA
8.1 Ementa
<ul style="list-style-type: none"> - A Política Territorial. Ordenamento Territorial; - As Estratégias de Desenvolvimento e as Políticas Territoriais; - Desenvolvimento Territorial e Descentralização; - A Política de Ordenamento Territorial no Brasil; - A Construção de uma Proposta de Desenvolvimento para a Faixa de Fronteira do Brasil; - Políticas Territoriais e a Região das Guianas.
8.2 Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a relação entre políticas territoriais e o desenvolvimento (regional); - Entender o contexto do Amapá nas políticas territoriais de desenvolvimento em interface com a Região das Guianas.
8.3 Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> - A Política Territorial e o Desenvolvimento; - Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial, Brasil; - Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira; - Políticas Territoriais e Desenvolvimento no Amapá/ Região das Guianas.
8.4 Metodologia
<ul style="list-style-type: none"> - Debates teóricos em sala a partir da bibliografia recomendada;

<ul style="list-style-type: none"> - Discussões em formato de seminários; - Debates com participantes externos: lideranças, empresários da agricultura e outros; - Atividade a campo.
<p>8.5 Avaliação</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Prova escrita; - Trabalho de Campo; - Artigo científico.
<p>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</p>
<p>9.1 Livros</p>
<p>BRASIL. <i>Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial</i>, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005a. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3fc31d16-e5f7-46fb-b8cc-0fb2ae176171&groupId=24915</p> <p>BRASIL. <i>Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira</i>/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005b. Disponível em: http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf</p> <p>SANCHEZ, Joan-Eugeni. <i>Geografía Política</i>. Madrid: Síntesis.1992. 224 p.</p>
<p>9.2 Artigos e revistas</p>
<p>ARTURI, C. S. (org.). <i>Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança</i>. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_38.pdf</p> <p>BOISIER, S. Desarrollo territorial y descentralización: El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. <i>Revista EURE</i> (Santiago), sep. 2004, vol.30, no. 90, p.27-40. Disponível em http://www.scielo.cl/pdf/eure/v30n90/art03.pdf</p> <p>COSTA, W.M. Políticas Territoriais Brasileiras no Contexto de Integração Sul-Americana. <i>Revista Território</i>. Rio de Janeiro, ano IV, nº 4, p. 25-41, jul./dez. 1999. Disponível em http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_3_costa.pdf</p> <p>FERNÁNDEZ, V. R. Estrategia(s) de desarrollo regional bajo el nuevo escenario globallocal: revisión crítica sobre su(s) potencialidad(es) y límites. <i>Revista EURE</i> (Santiago), dic. 2001, vol.27, nº.82. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612001008200003</p> <p>RÜCKERT, A A. A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção. <i>Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales</i>. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, núm. 245 (66), 2007. Disponível em http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24566.htm</p> <p>SILVA, G.V. Desenvolvimento econômico em cidades da fronteira amazônica: ações, escalas e recursos para Oiapoque-AP. <i>Revista Confins</i>, nº 17, 2013. Disponível em: http://confins.revues.org/8250</p>

SILVA, GV. RÜCKERT, A. A. A fronteira Brasil-França. *Revista Confins* nº 7, 2009. Disponível em <http://confins.revues.org/6040>

9.3 Outros

-

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. DISCIPLINA ELETIVA: Inovação Tecnológica para o Desenvolvimento

2. RESPONSÁVEL (EIS): Daniel Santiago Chaves Ribeiro

3. LINHA DE PESQUISA DO PROGRAMA: 1

4. NÚMERO TOTAL DE HORAS: 30 horas

4.1 Horas de aula: 20

4.2 Outras atividades: 10 horas (Seminários, debates, palestras e etc.)

5. NÚMERO DE CRÉDITOS: 2

6. NÚMERO DE ALUNOS: 15

7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS: 5

8. PROGRAMA

8.1 Ementa

- Os conceitos de Inovação e Tecnologia;
- Inovação Tecnológica e seus ecossistemas e estruturas;
- Introdução à Propriedade Intelectual;
- A TT como forma de impulsionar empreendedorismo em suas interações sistêmicas.

8.2 Objetivos

A disciplina pretende a formação de agentes multiplicadores e pesquisadores sobre Inovação Tecnológica para o Desenvolvimento Regional, com ênfase em assuntos de Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação Tecnológica, de forma relevante e articulada com a esfera pública, os setores produtivos e a pesquisa científica.

8.3 Conteúdo

- Inserção e relação da estrutura do estado brasileiro com a Propriedade Intelectual e com a Transferência de Tecnologia;
- O desenvolvimento e institucionalização da C, T & I no Brasil e sua comparação a nível internacional;
- Formação e crescimento da pós-graduação que potencializa PI & TT;
- Marcos legais e acordos internacionais;
- Gestão de projetos de inovação;
- Propriedade industrial como patentes, programas de computador, indicação geográfica; marcas coletivas;
- Legislação e programas de apoio ao desenvolvimento;
- Relacionamento com o setor produtivo;
- Interação universidade-empresa, incubadoras, parques tecnológicos, organizações sociais.

8.4 Metodologia

- Aulas expositivas dialógicas, com uso de suportes eletrônicos como Vídeos, DVDs e Apresentações em Painel com amparo em ferramentas relacionadas às novas e tradicionais tecnologias informático-computacionais (TIC);
- Serão utilizados textos de divulgação científica (artigos e ensaios), bem como dissertações de mestrado e capítulos de livros, juntamente a bibliografia básica, para dar suporte ao processo de discussão e aprendizagem;
- Todos os textos e livros utilizados poderão ser acessados ora pela biblioteca da UNIFAP, ora através de uma pasta virtual eletrônica, aberta ao acesso público, de forma gratuita, ecologicamente correta e de menor custo para o discente.

8.5 Avaliação

Serão duas (2) avaliações previstas: 1) Projeto, individual, descritivo, à distância e com consulta, conforme modelo a ser entregue pelo docente no início da disciplina, de projeto de aplicação/instalação técnica com condições de aplicabilidade nos ambientes produtivos e/ou

de pesquisa no estado do Amapá ou territorialidades interseccionadas, especulando a previsão de desdobramento da pesquisa para a transferência de conhecimento ou tecnologia; e 2) Ensaio, individual, dissertativo, à distância e com consulta, debatendo em até 6.000 toques (com caracteres contabilizados) a relação entre os conhecimentos debatidos na disciplina e a pesquisa ora desempenhada pelo/a mestrando/a.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

9.1 Livros

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.

CHRISTENSEN, Clayton. *O Futuro da Inovação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2007.

SANTOS, Marli Elizabeth Ritter dos, TOLEDO, Patricia Tavares Magalhães de & LOTUFO, Roberto de Alencar (orgs). *Transferência de Tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica*. Campinas, SP: Komedi, 2009.

SANTOS, Wagna Piler. (org.) PROFNIT, *Conceitos e aplicações de propriedade intelectual*; V.1. Salvador: IFBA, 2018.

_____. (org.) PROFNIT, *Conceitos e aplicações de propriedade intelectual*; V.2. Salvador: IFBA, 2019.

SOUZA, Elias. PROFNIT, *Políticas públicas de CT & I e o Estado Brasileiro*; V.1. Salvador: IFBA, 2018.

9.2 Artigos e revistas

AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. *Estudos Avançados*, 2017, vol.31, n.90, pp.75-87. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200075>. Acesso em 15 out 2017

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O conceito histórico de desenvolvimento econômico. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas*. Versão de 2 de março de 2006. Disponível em: <www.breserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>. Acesso em 09 jan 2017.

CHRISTENSEN, Clayton & ANTHONY, Scott. *A dinâmica da ruptura*. Disponível em: <skat.ihmc.us/rid=1219421875484_109198419_12952/A%20Dinamica%20da%20Ruptura.pdf>. Acesso em: 05 jan 2017.

CONTADOR, J.; GUIMARÃES, E. & FERREIRA, A. *Patente como instrumento competitivo e como fonte de informação tecnológica*. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/gp/v16n2/v16n2a05.pdf>. Acesso em 12 mai 2019.

CRESPI, G. et al. The impact of academic patenting on university research and its transfer. *Research Policy*, [S.l.], v. 40, p. 55-68, 2011.

DIAS, A. A.; PORTO, G. S. Como as universidades públicas brasileiras transferem tecnologia? In: XV Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão de Tecnologia, 2013, Porto. Disponível em: <http://www.altec2013.org/programme_pdf/1488.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

ETZKOWITZ, Henry & ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. *Estudos Avançados*, 31 (90), 2017. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v31n90/0103-4014-ea-31-90-0023.pdf>. Acesso em 09 out 2017.

FERREIRA, C.; GHESTI, G. & BRAGA, P. Desafios para o processo de Transferência de Tecnologia na UNB. *Cad. Prospec.*, Salvador, v. 10, n. 3, p. 341-355, jul./set.2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/viewFile/22148/22148>>. Acesso em 12 mai 2019.

FLORIDA, R. Regions and universities together can foster a creative economy. 2006. *Chronicle of Higher Education* 53, B6. [2006]. Disponível em: <<http://creativeclass.com/rfcgdb/articles/Regions%20and%20Universities%20Together%20Can%20Foster%20-%20Chron%20of%20Higher%20Ed.pdf>>. Acesso em 05 mai 2019.

MAIORKI, G. & DALLABRIA, V. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua

contribuição econômica no desenvolvimento territorial. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13-25, jan./jun. 2015. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/inter/v16n1/1518-7012-inter-16-01-0013.pdf>. Acesso em 12 mai 2019.

PREFÁCIO DOS ORGANIZADORES. In: CASTELLS, M. & CARDOSO, G. A sociedade em rede - do conhecimento à ação política. Portugal: Imprensa Nacional, 2005. Disponível em: <cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf>. Acesso em 01 out 2017. P. 9-30.

VERAZTO, Estéfano; DA SILVA, Dirceu; MIRANDA, Nonato & SIMON, Fernanda. Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. 8, 2009. Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/2065>>. Acesso em 15 abr 2019.

VIANNA, T. A ideologia da Propriedade Intelectual. Disponível em: <www.inf.ufsc.br/~jose.lucca/A_ideologia_da_propriedade_intelectual.pdf>. Acesso em 12 mai 2019.

9.3 Outros

BRASIL. Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em 21 jun. 2018

_____. Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera diversas leis. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm>. Acesso em 04 mai 2019.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. DISCIPLINA ELETIVA: Desenvolvimento Rural

2. RESPONSÁVEL (EIS): Roni Mayer Lomba

3. LINHA DE PESQUISA DO PROGRAMA: 2

4. NÚMERO TOTAL DE HORAS: 30 horas

4.1 Horas de aula: 20 horas

4.2 Outras atividades: 10 horas (Seminários, debates, palestras e etc.)

5. NÚMERO DE CRÉDITOS: 2

6. NÚMERO DE ALUNOS: 15

7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS: 5

8. PROGRAMA

8.1 Ementa

Compreensão do desenvolvimento rural brasileiro e mundial; das correntes do pensamento e agricultura; do papel da reforma agrária; dos grandes projetos/agronegócio X agricultura camponesa/familiar e; do campesinato amazônico e amapaense.

8.2 Objetivos

- Introduzir o pensamento crítico sobre campesinato e agricultura capitalista;
- Analisar as metamorfoses do agrário brasileiro e mundial;
- Compreender o papel da reforma agrária, dos movimentos socioterritoriais e as disputas paradigmáticas frente ao agronegócio;
- Discutir as transformações recentes no espaço agrário amapaense e o papel das políticas públicas.

8.3 Conteúdo

- Introdução aos conceitos e teorias sobre campesinato e agronegócio;
- Estado e agricultura em âmbito regional, nacional e mundo;
- Disputas paradigmáticas entre campesinato e agronegócio;
- Territorialização camponesa e do agronegócio: o papel da reforma agrária e dos incentivos fiscais;
- Movimentos socioterritoriais do campo;
- Políticas públicas para agricultura;

– Dinâmica da agricultura na Amazônia e Amapá.
8.4 Metodologia
– Debates teóricos em sala a partir da bibliografia recomendada; – Discussões em formato de seminários; – Debates com participantes externos: lideranças, empresários da agricultura e outros; – Atividade a campo.
8.5 Avaliação
Considerar a participação em todas as atividades e a organização de um artigo/paper para fins de envio para evento, revista ou livro.
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
9.1 Livros
ABRAMOVAY, R. <i>Paradigmas do capitalismo agrário em questão</i> . São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Hucitec/ANPOCS/UNICAMP, 1992.
CHAYANOV, A. V. <i>La organización de la unidad económica campesina</i> . Ediciones Nueva Visión: Buenos Aires, 1925.
CHESNAIS, F. <i>A Mundialização do Capital</i> . São Paulo: Xamã, 1996.
FILOCREÃO, A. S. M. <i>Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia</i> . 2007. Doutorado. Universidade Federal do Pará. Belém.
GRISA, C. SCHNEIDER, S (orgs). <i>Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil</i> . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
Luxemburgo, Rosa. <i>A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo</i> . São Paulo: Nova Cultural, 1985.
MARTINS, J. S. FRONTEIRA, <i>A degradação do outro nos confins do humano</i> . São Paulo: Hucitec, 1997.
_____. <i>O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta</i> . São Paulo: Hucitec, 1994.
OLIVEIRA, A. U. <i>A Mundialização da Agricultura Brasileira</i> . São Paulo: Landé Editorial, 2016.
9.2 Artigos e revistas
Fernandes B. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. <i>REVISTA NERA</i> – Ano 8, N. 6 – Jan./Jun. 2005. Acesso em 29/08/2018.
CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. <i>Estudos Avançados</i> 15 (43), 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf
GONÇALVES. C. W. P.. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , 107, Setembro 2015(a): 63-90.
9.3 Outros
-

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

1. DISCIPLINA ELETIVA: Indicadores de Desenvolvimento

2. RESPONSÁVEL(EIS): José Francisco de Carvalho Ferreira

3. Linha de Pesquisa do Programa: Desenvolvimento, Urbanização e Planejamento Socioeconômico
4. NÚMERO TOTAL DE HORAS: 30 horas
4.1. Horas de aula: 20 horas
4.2. Outras atividades: 10 horas (Seminários, debates, palestras)
5. NÚMERO DE CRÉDITOS: 2
6. NÚMERO DE ALUNOS: 15
7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS: 3
8. PROGRAMA
8.1 Ementa
<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos históricos do crescimento e do desenvolvimento; - As décadas do Desenvolvimento; - A questão do PIB e do crescimento; - O desenvolvimento humano; - O desenvolvimento includente; - As novas concepções e indicadores de desenvolvimento no Século XXI.
8.2 Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> - Discutir concepções sobre crescimento e desenvolvimento econômico em diversas etapas históricas; - Apresentar os indicadores tradicionais de riqueza e os novos indicadores de desenvolvimento: o IDHM, o Índice de Progresso Social da Amazônia, a Ecosocioeconomia, o Desenvolvimento como liberdade e o Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.
8.3 Conteúdo
<p><i>UNIDADE I: Aspecto histórico do desenvolvimento</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - O crescimento e o desenvolvimento numa abordagem histórica; - Desenvolvimento econômico e crescimento econômico. <p>Carga horária: 4 horas</p> <p><i>UNIDADE II: Novas Concepções de desenvolvimento</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - A ecosocioeconomia; - O desafio do meio ambiente e do desenvolvimento no Século XXI; - O desenvolvimento como liberdade; - O desenvolvimento includente sustentável como novo paradigma. <p>Carga horária: 8 horas</p> <p><i>UNIDADE III: Os indicadores de avaliação do desenvolvimento</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - A utilização do PIB como mecanismo de avaliação; - Os indicadores do PNUD; - Em busca de indicadores alternativos; - O Índice de Progresso Social da Amazônia; - Novas métricas de avaliação do desenvolvimento. <p>Carga horária: 8 horas</p>
8.4 Metodologia
Aula expositiva mediante apresentação oral. Poderá haver apresentação de seminários como forma de inserir melhor os alunos na compreensão do conteúdo. Pesquisa e análise de indicadores e métricas para avaliar o desenvolvimento.
8.5 Avaliação
A avaliação terá em conta a participação nas aulas e o paper realizado por cada aluno ou em dupla, com nota variando entre zero e dez. Será, igualmente, considerada a participação em forma de seminário.
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
9.1 Livros
SACHS, Ignacy. <i>Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado</i> . Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
SEN, Amartya. <i>Desenvolvimento como liberdade</i> . 2ª reimpressão. Companhia das Letras. São

Paulo: Schwarcz Ltda, 2000. VEIGA, José Eli da. <i>Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI</i> . Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
9.2 Artigos e revistas
FERREIRA, José Francisco de Carvalho; TOSTES, José Alberto. Elementos para pensar o desenvolvimento sustentável. <i>Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP</i> . Macapá, Vol.11, nº 1, p. 123-141. 2015 KERK, Guert; MANUEL, Arthur R. A comprehensive index for a sustainable society: The SSI – the Sustainable Society Index. <i>Ecological Economics</i> , 66, p. 228-242, 2008. TOSTES, José Alberto; FERREIRA, José F. C. Avaliação da sustentabilidade na Amazônia: a mesorregião norte do Estado do Amapá. <i>Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional</i> , v. 13, p. 198-232, 2017. VAN BELLEN, Hans Michel. Desenvolvimento Sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. <i>Ambiente & Sociedade</i> , Vol. VII, N.º 1, jan./jun., p. 67-87, 2004.
9.3 Outros
COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). <i>A Agenda 21</i> . Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. <i>Metas de Sustentabilidade para os Municípios Brasileiros</i> (Indicadores de Referência), 2012. Disponível em: www.cidadessustentaveis.org.br . Última Consulta em: 10-06-2019. SANTOS, Daniel et al. <i>Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira</i> . IPS Amazônia 2014. Belém-PA: Imazon, 2014.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. DISCIPLINA ELETIVA:	Ecologia Política e Desenvolvimento
2. RESPONSÁVEL (EIS):	Jodival Mauricio da Costa
3. LINHA DE PESQUISA DO PROGRAMA:	2
4. NÚMERO TOTAL DE HORAS:	30 horas
4.1 Horas de aula:	20
4.2 Outras atividades:	10 horas (Seminários, debates, palestras e etc.)
5. NÚMERO DE CRÉDITOS:	2
6. NÚMERO DE ALUNOS:	25
7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS:	5
8. PROGRAMA	
8.1 Ementa	
<ul style="list-style-type: none"> - Ecologia, economia e política; - Desenvolvimento e estratégias de re-apropriação da Natureza; - Decolonialidade, relacionalidade e pluriverso; - Epistemologias do Sul: Bem Viver e pós-extrativismo; - Impactos ambientais das políticas de desenvolvimento; - Mudanças climáticas: percepção e estratégias de adaptação; - Modernidade, Antropoceno e crise ambiental; - Amazônia. 	
8.2 Objetivos	
Proporcionar um espaço de discussão e capacitação para análise e avaliação dos modelos de	

apropriação da natureza, sua relação com o desenvolvimento e inserção de outras ontologias e epistemologias de saberes-mundos.
8.3 Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> - O natural, o social e o político: ontologias e epistemologias; - Ecologia Política na América Latina; - Desenvolvimento, território e autonomia; - Ecologia e economia: a natureza e sua valoração; - Decolonialidade do saber e do poder e outros desenvolvimentos; - Modernidade, crise ambiental e o antropoceno; - Epistemologias do Sul: Bem Viver, pós-extrativismo, pluriverso; - Amazônia: Natureza, territórios de diferença e ontologias políticas.
8.4 Metodologia
A disciplina tem suporte nos conceitos de: Ecologia Política, Epistemologias e ontologias do Sul, Território de diferença, Bem Viver, Pluriverso, dentre outros que são aportes para pensar outros desenvolvimentos, outras políticas, outras economias e outras naturezas como diferenças às construções ontológicas e epistemológicas desenvolvidas na modernidade ocidental. Discute a questão ambiental e o desenvolvimento como problemas complexo; portanto também multidimensionais. A disciplina será ministrada a partir de propostas temáticas com textos que subsidiam a discussão, com aulas expositivas dialogadas (incluindo pesquisadores convidados), mesas temáticas e seminários.
8.5 Avaliação
A avaliação será pela participação nas aulas expositivas dialogadas, nas mesas temáticas e na apresentação de seminário. O seminário consiste em relacionar a temática do dia com o referencial teórico do projeto do aluno/a.
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
9.1 Livros
<p>ACOSTA, Alberto. <i>O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos</i>. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.</p> <p>COSTA, Alyne. <i>Guerra e Paz no Antropoceno</i>. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.</p> <p>ESCOBAR, Arturo. <i>Sentipensar con la Tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia</i>. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.</p> <p>LEFF, Enrique. <i>Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.</p> <p>GIDDENS, Anthony. <i>A Política da Mudança Climática</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.</p> <p>LATOUR, Bruno. <i>Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia</i>. Trad. Carlos A. M. Souza. Bauru: EDUSC, 2004.</p> <p>MARTINEZ ALIER, Joan. <i>O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração</i>. Trad. Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>PORTO-GONÇALVES, Carlos W. <i>Amazonía: encrucijada civilizadora</i>. Tensiones territoriales en curso. La Paz: Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica; CIDES-UMSA, 2018.</p> <p>SANTOS, Boaventura de S. <i>Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade</i>. 7ª ed. Porto/Portugal: Edições Afrontamento, 1999.</p> <p>SVAMPA, Maristela. <i>Las fronteras del neoextractivismo em América Latino: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias</i>. Guadalajara/México: CALAS; Berlin/Germany: Bielefeld University Press, 2019.</p>
9.2 Artigos e revistas
-
9.3 Outros
-

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. DISCIPLINA ELETIVA:	Geotecnologia aplicadas ao Planejamento e Desenvolvimento do Território Amazônico
2. RESPONSÁVEL (EIS):	Valdenira Ferreira dos Santos
3. LINHA DE PESQUISA DO PROGRAMA:	1
4. NÚMERO TOTAL DE HORAS:	30 horas
4.1 Horas de aula:	20
4.2 Outras atividades:	10 horas (Seminários, debates, palestras e etc.)
5. NÚMERO DE CRÉDITOS:	3
6. NÚMERO DE ALUNOS:	7
7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS:	3
8. PROGRAMA	
8.1 Ementa	
Geotecnologias e plataformas de aquisição e processamento de dados espaciais; Coleta e organização de dados espaciais e referenciamento de fenômenos ambientais e socioambientais; Processamento de dados de sensores remotos (imagens de satélite, modelos digitais de elevação, aerofotos, dados climatológicos) para análises ambientais. Estudos de caso no Amapá; SIG e seu uso nas análises ambientais e socioeconômicas; Potencialidades e limitações das geotecnologias para análise de fenômenos ambientais e socioambientais regionais.	
8.2 Objetivos	
Desenvolver competências relacionadas com a aquisição, geração, manipulação e análise de informações espaciais para análises ambientais e socioambientais aplicadas ao planejamento e desenvolvimento regional no espaço amazônico.	
8.3 Conteúdo	
<ul style="list-style-type: none"> - Introdução as geotecnologias; - Princípios básicos para uso de dados espaciais, bases de dados existentes; - Aquisição e processamento de dados: uso do GPS; - Introdução ao Sensoriamento Remoto Ótico: princípios, características das imagens e uso para análise do território; - Aplicações dos dados de sensores remotos óticos no Amapá; - Introdução ao Sensoriamento Remoto Radar: princípios, características das imagens; - Aplicações de Uso dos dados radar no Amapá. A base cartográfica do Estado; - Processamento digital de imagens e dados de sensores remotos; - SIG: características e preparação de dados para análises espaciais; - Estudo de caso – apresentações. 	
8.4 Metodologia	
<ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivas; - Leitura das bibliografias e debates; - Apresentação e análise dos estudos de caso aplicados a Amazônia e Amapá; - Seminário. 	
8.5 Avaliação	
<ul style="list-style-type: none"> - Participação nas aulas expositivas; - Seminário; - Relatório da disciplina; - Resolução dos exercícios práticos. 	
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
9.1 Livros	
FLORENZANO, T. G. <i>Imagens de satélite para estudos ambientais</i> . São Paulo: Oficina de Textos. 2002. 97 p.	
IBGE. <i>Noções básicas de cartografia</i> . Manuais Técnicos em Geociências, n.8.1999. (Livro e cadernos de exercícios). Disponível em: http://www.cartografica.ufpr.br/portal/wp-	

content/uploads/2013/09/Nocoos-Basicas-Cartografia.pdf MENESES, Paulo R.; ALMEIDA, Tati (Orgs). <i>Introdução ao Processamento de Imagens de Sensoriamento Remoto</i> . CNPq/UNB. Disponível em: http://www.cnpq.br/documents/10157/56b578c4-0fd5-4b9f-b82a-e9693e4f69d8 SILVA, J. X. da; Z AidAN, R. T. <i>Geoprocessamento e Análise ambiental: aplicações</i> . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004. 363 p.
9.2 Artigos e revistas
MENEZES, P.M.L.; COELHO-NETO, A. L. <i>Escala: Estudo de Conceitos e Aplicações</i> . UFRJ/IGEO. Disponível em: http://www.geocart.igeo.ufrj.br/pdf/trabalhos/Escala_Conceitos_Aplic.pdf GOODCHILD, M.F.; QUATTROCHI, D.A. Scale, multiscalling, remote sensing and GIS. <i>CRC Press</i> . 1-11. 1997. Disponível in: http://www.geog.ucsb.edu/~good/papers/259.pdf . WU, Hua; LI, Zhao-Liang . Scale Issues in Remote Sensing: A Review on Analysis, Processing and Modeling. <i>Sensors</i> . 2009, 9, 1768-1793. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3345842/pdf/sensors-09-01768.pdf
9.3 Outros
Sadeck-Geotecnologias: isso em primeiro lugar serve para planejar - https://geotecnologias.wordpress.com/ Dados de sensores remotos NASA/USGS - https://earthexplorer.usgs.gov/ Plataforma de dados científicos e de análise de dados de sensores remotos: https://earthengine.google.com/

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
1. DISCIPLINA ELETIVA: Planejamento Ambiental
2. RESPONSÁVEL (EIS): Valdenira Ferreira dos Santos
3. LINHA DE PESQUISA DO PROGRAMA: 1
4. NÚMERO TOTAL DE HORAS: 30 horas
4.1 Horas de aula: 20
4.2 Outras atividades: 10 horas (Seminários, debates, palestras e etc.)
5. NÚMERO DE CRÉDITOS: 3
6. NÚMERO DE ALUNOS: 7
7. NÚMERO DE ALUNOS OUVINTES OU ESPECIAIS: 3
8. PROGRAMA
8.1 Ementa
<i>Unidade I</i>
- Histórico dos Problemas Ambientais e da Política Ambiental;
- As Conferências Ambientais da ONU;
- Política Nacional de Meio Ambiente e seus Instrumentos: Padrões de Qualidade Ambiental;
- Licenciamento Ambiental, Avaliação de Impacto Ambiental, Zoneamento Ambiental/Ordenamento Territorial, Áreas Protegidas, Sistemas de Gestão Ambiental;
- Política Ambiental e Conexões com o Desenvolvimento.
<i>Unidade II</i>
- A complexidade das questões ambientais;

<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento e o enfoque ambiental: critérios ambientais para o planejamento integrado; - Metodologias para o planejamento integrado. - Desafios do planejamento ambiental na Amazônia e no Amapá.
<p>8.2 Objetivos</p> <p>Oferecer conhecimentos básicos sobre o planejamento ambiental enfatizando a problemática do desenvolvimento local e as conexões entre as questões ambientais e os planos, projetos e programas operacionalizados no Amapá. Instrumentos e metodologias para o planejamento ambiental e desafios para sua materialização.</p>
<p>8.3 Conteúdo</p> <ul style="list-style-type: none"> - O planejamento ambiental e política ambiental: conceitos e histórico; - Instrumentos do Planejamento Ambiental; - A complexidade das questões ambientais para o planejamento e desenvolvimento regional frente os instrumentos atuais; - Fatores naturais e antropogênicos que interferem no planejamento ambiental; - Análise ambiental integrada: dos diagnósticos aos planos de ação; - Estudos de caso de instrumentos do planejamento ambiental; - Lacunas de conhecimento e entraves para o planejamento ambiental integrado na Amazônia e no Amapá.
<p>8.4 Metodologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivas; - Leitura das bibliografias e debates das aplicações na Amazônia e Amapá; - Uso de temas norteadores por semestre em função das realidades discutidas no Amapá e Amazônia.
<p>8.5 Avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação nas aulas expositivas; - Seminário; - Relatório da disciplina; - Fichamento de leituras obrigatórias.
<p>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</p>
<p>9.1 Livros</p> <p>HAUGHTON, G. <i>Environmental Planning</i>. In: Richardson, D.; Goodchild, M.F.; Kobayashi, A.; Lu, W.; Marston, R. <i>The International Encyclopedia of Geography</i>. John Wiley & Sons Ltd. 2017. 1-7p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315383992_Environmental_Planning.</p> <p>OECD. 2003. <i>Environmental indicators</i>. Disponível em: https://www.oecd.org/env/indicators-modelling-outlooks/24993546.pdf</p> <p>UNESCO. 1997. <i>Methodological Guide to Integrated Coastal Zone Management</i>. IOC/MAB/IHP/IGCP. 49p. Disponível em http://www.oceandocs.org/handle/1834/2808</p>
<p>9.2 Artigos e revistas</p> <p>ACSELRAD, H. et al. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? <i>Revista e-cadernos CES</i> 17, 2012. Disponível em: https://eces.revues.org/1138. Acesso em: 28 fev. 2018.</p> <p>BARROS, D. A. et al. Breve análise dos instrumentos da política de gestão ambiental brasileira. <i>Política & Sociedade</i> - Florianópolis - Vol. 11 - Nº 22 - Novembro de 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2012v11n22p155. Acesso em: 28 fev. 2018.</p> <p>CHAGAS, M. A.; FILOCREÃO, A. S. M.; RABELO, B. V.; FERNANDES, A. V. A articulação entre o complexo verde de Ab'Saber e o complexo urbano de Becker como desafio do desenvolvimento regional: Amapá como um caso amazônico. <i>Revista Brasileira de Pós-</i></p>

Graduação, v. 13, n. 32, 2016. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1089>. Acesso em: 28 fev. 2017.

Guadalupe, V.; Sotta, E.D.; Santos, V.F.; Aguiar, L.; Vieira, M.; Oliveira, C.P.; Siqueira, J.V.N. 2018. REDD+ implementation in a high forest low deforestation area: Constraints on monitoring forest carbon emissions. *Land Use Policy*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323888515_REDD_implementation_in_a_high_forest_low_deforestation_area_Constraints_on_monitoring_forest_carbon_emissions

9.3 Outros

<https://study.com/academy/lesson/environmental-planning-decision-making-definition-components.html>. Trata de uma obra completa sobre planejamento ambiental envolvendo as noções de riscos, recursos renováveis e não renováveis e desafios frente as mudanças climáticas para a segurança alimentar e vulnerabilidade das populações.

<https://study.com/academy/lesson/what-is-environmental-law-principles-issues-policy.html>. Trata de uma análise completa sobre legislação ambiental: princípios, fatores e política associada.

2. PERFIL DO QUADRO DOCENTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME:	Antônio Sérgio Monteiro Filocreão
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL:	40 DE
3. IES:	Universidade Federal do Amapá
4. PROGRAMA:	Mestrado em Desenvolvimento Regional
5. DOCENTE PERMANENTE:	Sim
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA:	Sim
7. TITULAÇÃO:	Doutorado
7.1 Ano:	2007
7.2 IES:	Universidade Federal do Pará
7.3 País:	Brasil
7.4 Nível:	Doutorado
7.5 Orientador:	Índio Campos
7.6 Área de titulação:	Desenvolvimento Socioambiental
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO	
8.1 Iniciação Científica:	15
8.2 Trabalho de conclusão de curso:	19
8.3 Especialização:	3
8.4 Mestrado Profissionalizante:	0
8.4 Mestrado Acadêmico:	14
8.5 Doutorado:	0

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME:	Jadson Luís Rebelo Porto
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL:	40 DE
3. IES:	Universidade Federal do Amapá
4. PROGRAMA:	Mestrado em Desenvolvimento Regional
5. DOCENTE PERMANENTE:	Sim
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA:	Sim
7. TITULAÇÃO:	Doutorado
7.1 Ano:	2002
7.2 IES:	Universidade Estadual de Campinas
7.3 País:	Brasil
7.4 Nível:	Doutorado
7.5 Orientador:	Wilson Cano
7.6 Área de titulação:	Economia
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO	
8.1 Iniciação Científica:	10
8.2 Trabalho de conclusão de curso:	3
8.3 Especialização:	0
8.4 Mestrado Profissionalizante:	-
8.4 Mestrado Acadêmico:	12
8.5 Doutorado:	1
8.6 Supervisão Pós-doutorado:	1

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME:	José Alberto Tostes
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL:	40 DE
3. IES:	Universidade Federal do Amapá
4. PROGRAMA:	Mestrado em Desenvolvimento Regional
5. DOCENTE PERMANENTE:	Sim
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA:	Sim
7. TITULAÇÃO:	Pós-Doutorado
7.1 Ano:	2002
7.2 IES:	Universidade de Coimbra
7.3 País:	Portugal
7.4 Nível:	Doutorado
7.5 Orientador:	Ramon Cabrera Salort
7.6 Área de titulação:	Planejamento Urbano e Regional
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO	
8.1 Iniciação Científica:	30
8.2 Trabalho de conclusão de curso:	31
8.3 Especialização:	3
8.4 Mestrado Profissionalizante:	-
8.4 Mestrado Acadêmico:	33
8.5 Doutorado:	3
8.6 Supervisão Pós-doutorado:	1

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME:	Ricardo Ângelo Pereira de Lima
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL:	40 DE

3. IES: Universidade Federal do Amapá
4. PROGRAMA: Mestrado em Desenvolvimento Regional
5. DOCENTE PERMANENTE: Sim
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA: Sim
7. TITULAÇÃO: Doutorado
7.1 Ano: 2004
7.2 IES: Universidad Autónoma de Barcelona/Université de Toulouse II (Le Mirail)
7.3 País: Espanha/França
7.4 Nível: Doutorado
7.5 Orientador: David Sauri i Pujol (Espanha) / Jacques Hubschman (França)
7.6 Área de titulação: Geografia Humana
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO
8.1 Iniciação Científica: 10
8.2 Trabalho de conclusão de curso: 18
8.3 Especialização: 5
8.4 Mestrado Profissionalizante: -
8.4 Mestrado Acadêmico: 18
8.5 Doutorado: -
8.6 Supervisão Pós-doutorado: 1

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME: Roni Mayer Lomba	
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL: 40 DE	
3. IES: Universidade Federal do Amapá	
4. PROGRAMA: Mestrado em Desenvolvimento Regional	
5. DOCENTE PERMANENTE: Sim	
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA: Sim	
7. TITULAÇÃO: Doutorado	
7.1 Ano: 2011	
7.2 IES: Universidade de São Paulo	
7.3 País: Brasil	
7.4 Nível: Doutorado	
7.5 Orientador: Júlio César Suzuki	
7.6 Área de titulação: Geografia Humana	
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO	
8.1 Iniciação Científica: 5	
8.2 Trabalho de conclusão de curso: 13	
8.3 Especialização: -	
8.4 Mestrado Profissionalizante: -	
8.4 Mestrado Acadêmico: 6	
8.5 Doutorado: -	
8.6 Supervisão Pós-doutorado:-	

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME: Valdenira Ferreira dos Santos	
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL: 20 DE	
3. IES: IEPA	
4. PROGRAMA: Mestrado em Desenvolvimento Regional	
5. DOCENTE PERMANENTE: Sim	
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA: Não	

7. TITULAÇÃO: Doutorado
7.1 Ano: 2006
7.2 IES: Universidade Federal Fluminense
7.3 País: Brasil
7.4 Nível: Doutorado
7.5 Orientador: Alberto Garcia Figueiredo Jr
7.6 Área de titulação: Geologia e Geofísica Marinha
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO
8.1 Iniciação Científica: 8
8.2 Trabalho de conclusão de curso: 10
8.3 Especialização: 2
8.4 Mestrado Profissionalizante: -
8.4 Mestrado Acadêmico: 11
8.5 Doutorado: -
8.6 Supervisão Pós-doutorado: 1

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE Mestrado EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME: Alexandro Cezar Florentino	
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL: 40 DE	
3. IES: Universidade Federal do Amapá	
4. PROGRAMA: Mestrado em Desenvolvimento Regional	
5. DOCENTE PERMANENTE: Sim	
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA: Sim	
7. TITULAÇÃO: Doutorado	
7.1 Ano: 2012	
7.2 IES: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia	
7.3 País: Brasil	
7.4 Nível: Doutorado	
7.5 Orientador: Miguel Petrere Júnior	
7.6 Área de titulação: Ecologia e Recursos Pesqueiros	
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO	
8.1 Iniciação Científica: 4	
8.2 Trabalho de conclusão de curso: 2	
8.3 Especialização: -	
8.4 Mestrado Profissionalizante: -	
8.4 Mestrado Acadêmico: 4	
8.5 Doutorado: -	
8.6 Supervisão Pós-doutorado: 2	

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE Mestrado EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME: Raullyan Borja Lima e Silva	
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL: 40 DE	
3. IES: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	
4. PROGRAMA: Mestrado em Desenvolvimento Regional	
5. DOCENTE PERMANENTE: Sim	
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA: Não	
7. TITULAÇÃO: Doutorado	
7.1 Ano: 2010	
7.2 IES: Universidade Federal do Pará	
7.3 País: Brasil	
7.4 Nível: Doutorado	

7.5 Orientador: Ana Paula Vidal Bastos
7.6 Área de titulação: Etnobotânica
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO
8.1 Iniciação Científica: 4
8.2 Trabalho de conclusão de curso: 18
8.3 Especialização: 35
8.4 Mestrado Profissionalizante: -
8.4 Mestrado Acadêmico: 7
8.5 Doutorado: 5
8.6 Supervisão Pós-doutorado: -

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE Mestrado EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME: Wardsson Lustrino Borges	
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL: 40 DE	
3. IES: Universidade Federal do Amapá	
4. PROGRAMA: Mestrado em Desenvolvimento Regional	
5. DOCENTE PERMANENTE: Sim	
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA: Sim	
7. TITULAÇÃO: Doutorado	
7.1 Ano: 2011	
7.2 IES: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	
7.3 País: Brasil	
7.4 Nível: Doutorado	
7.5 Orientador: Gabriel de Araujo Santos	
7.6 Área de titulação: Agronomia – Ciência do Solo	
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO	
8.1 Iniciação Científica: 6	
8.2 Trabalho de conclusão de curso: 8	
8.3 Especialização: -	
8.4 Mestrado Profissionalizante: -	
8.4 Mestrado Acadêmico: 6	
8.5 Doutorado: 2	
8.6 Supervisão Pós-doutorado:-	

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE Mestrado EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME: Marco Antônio Chagas	
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL: 40 DE	
3. IES: Universidade Federal do Amapá	
4. PROGRAMA: Mestrado em Desenvolvimento Regional	
5. DOCENTE PERMANENTE: Sim	
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA: Sim	
7. TITULAÇÃO: Doutorado	
7.1 Ano: 2011	
7.2 IES: Universidade Federal do Pará	
7.3 País: Brasil	
7.4 Nível: Doutorado	
7.5 Orientador: Edna Maria Ramos de Castro	
7.6 Área de titulação: Desenvolvimento Sociosmbiental	
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO	
8.1 Iniciação Científica:-	
8.2 Trabalho de conclusão de curso: 8	
8.3 Especialização: -	

8.4 Mestrado Profissionalizante: -
8.4 Mestrado Acadêmico: 1
8.5 Doutorado: -
8.6 Supervisão Pós-doutorado:-

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE Mestrado EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME:	Gutemberg de Vilhena Silva
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL:	40 DE
3. IES:	Universidade Federal do Amapá
4. PROGRAMA:	Mestrado em Desenvolvimento Regional
5. DOCENTE PERMANENTE:	Sim
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA:	Sim
7. TITULAÇÃO:	Doutorado
7.1 Ano:	2011
7.2 IES:	Universidade Federal do Rio de Janeiro
7.3 País:	Brasil
7.4 Nível:	Doutorado
7.5 Orientador:	Lia Osório Machado e Jadson Porto (co-orientador)
7.6 Área de titulação:	Geografia Humana
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO	
8.1 Iniciação Científica:	17
8.2 Trabalho de conclusão de curso:	8
8.3 Especialização:	2
8.4 Mestrado Profissionalizante:	1
8.4 Mestrado Acadêmico:	1
8.5 Doutorado:	-
8.6 Supervisão Pós-doutorado:	1

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE Mestrado EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME:	Jodival Maurício da Costa
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL:	40 DE
3. IES:	Universidade Federal do Amapá
4. PROGRAMA:	Mestrado em Desenvolvimento Regional
5. DOCENTE PERMANENTE:	Sim
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA:	Sim
7. TITULAÇÃO:	Doutorado
7.1 Ano:	2011
7.2 IES:	Universidade de São Paulo
7.3 País:	Brasil
7.4 Nível:	Doutorado
7.5 Orientador:	Neli Aparecida de Mello-Thery; Martine Droulers
7.6 Área de titulação:	Ciência Ambiental
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO	
8.1 Iniciação Científica:	8
8.2 Trabalho de conclusão de curso:	11
8.3 Especialização:	3
8.4 Mestrado Profissionalizante:	1
8.4 Mestrado Acadêmico:	2
8.5 Doutorado:	1
8.6 Supervisão Pós-doutorado:-	

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME:	José Francisco Ferreira de Carvalho
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL:	40 DE
3. IES:	Universidade Federal do Amapá
4. PROGRAMA:	Mestrado em Desenvolvimento Regional
5. DOCENTE PERMANENTE:	Sim
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA:	Sim
7. TITULAÇÃO:	Doutorado
7.1 Ano:	2013
7.2 IES:	Universidade Nova de Lisboa
7.3 País:	Portugal
7.4 Nível:	Doutorado
7.5 Orientador:	Ana Viegas Firmino
7.6 Área de titulação:	Geografia e Planeamento Territorial
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO	
8.1 Iniciação Científica:	-
8.2 Trabalho de conclusão de curso:	6
8.3 Especialização:	-
8.4 Mestrado Profissionalizante:	-
8.4 Mestrado Acadêmico:	7
8.5 Doutorado:	-
8.6 Supervisão Pós-doutorado:	1

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM: DESENVOLVIMENTO REGIONAL CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1. NOME:	Daniel Santiago Chaves Ribeiro
2. HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL:	40 DE
3. IES:	Universidade Federal do Amapá
4. PROGRAMA:	Mestrado em Desenvolvimento Regional
5. DOCENTE PERMANENTE:	Sim
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA:	Sim
7. TITULAÇÃO:	Doutorado
7.1 Ano:	2014
7.2 IES:	Universidade Federal do Rio de Janeiro
7.3 País:	Brasil
7.4 Nível:	Doutorado
7.5 Orientador:	Alcino Ferreira Câmara Neto
7.6 Área de titulação:	História Comparada
8. EXPERIÊNCIA DE ORIENTAÇÃO	
8.1 Iniciação Científica:	7
8.2 Trabalho de conclusão de curso:	4
8.3 Especialização:	1
8.4 Mestrado Profissionalizante:	1
8.4 Mestrado Acadêmico:	2
8.5 Doutorado:	-
8.6 Supervisão Pós-doutorado:-	